Grupo BEI

Relatório de Actividades 2003

Dados-chave do Grupo BEI

Banco Europeu de Investimento

Actividades em 2003	*(em milhões de euros)*
Contratos assinados	**42 332**
União Europeia	34 187
Países aderentes e em vias de adesão	4 589
Países parceiros	3 556
Financiamentos aprovados	**46 614**
União Europeia	37 273
Países aderentes e em vias de adesão	5 731
Países parceiros	3 610
Desembolsos efectuados	**35 672**
Por conta de recursos próprios do BEI	35 414
Por conta de recursos orçamentais	258
Recursos obtidos (após *swaps*)	**41 911**
Em divisas comunitárias	30 983
Em divisas não comunitárias	10 928

Situação em 31.12.2003	
Operações em curso	
Financiamentos a cargo de recursos próprios do Banco	247 600
Garantias prestadas	392
Financiamentos a cargo de recursos orçamentais	2 497
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	194 505
Fundos próprios	**25 984**
Total do balanço	**234 078**
Resultado líquido do exercício	**1 424**
Capital subscrito	**150 000**
do qual realizado	7 500

Fundo Europeu de Investimento

Actividades em 2003	*(em milhões de euros)*
Capital de risco (14 fundos)	135
Garantias (31 operações)	2 251

Situação em 31.12.2003	
Capital de risco (189 fundos)	2 480
Garantias (126 operações)	6 351
Capital subscrito	**2 000**
do qual realizado	400
Resultado líquido do exercício	**20**
Reservas e provisões	**178**

Índice

Mensagem do Presidente **4**

Âmbito de acção e perspectiva geral de 2003 **6**

Plano de Actividades para 2004-2006 **8**

Actividades do Grupo BEI em 2003 **10**

Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União 11

A «Iniciativa Inovação 2010» 14

Financiar as redes transeuropeias 17

Proteger o ambiente e melhorar a qualidade de vida 20

Preparar os novos Estados-Membros da União 24

A parceria financeira euro-mediterrânica (FEMIP) 26

Cooperar com os restantes países parceiros 28

Acção em favor das PME 30

Um intermediário financeiro de primeira ordem **32**

Actividade no mercado de capitais 33

Cooperação com o sector bancário 39

Funcionamento do Grupo BEI **40**

Parceiro das instituições europeias e das instituições financeiras internacionais 41

Transparência e diálogo com a sociedade civil 43

A governação do BEI 44

O Comité Executivo do BEI 46

Estrutura dos serviços 47

A governação e a estrutura dos serviços do FEI 50

Funcionamento do Grupo BEI 51

Balanço sintético do Grupo BEI 52

Resultado do exercício de 2003 53

Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI **54**

Endereços do Grupo BEI **55**

Mensagem do Presidente

Em 2003, o Banco Europeu de Investimento consolidou o seu papel de «banco público ao serviço dos objectivos da UE», tanto na Europa, como no exterior desta.

Embora confrontado com um contexto económico difícil, o BEI aumentou o volume de financiamentos, tendo os contratos assinados atingido o nível recorde de EUR 42 300 milhões.

A coesão económica e social manteve-se no âmago das nossas actividades, e 70 % dos empréstimos individuais assinados na UE destinaram-se a projectos situados nas zonas assistidas, apoiando o desenvolvimento regional. O empenho do Banco na protecção e melhoria do ambiente (tanto natural, como urbano) ficou uma vez mais patente na elevada percentagem (42%) de financiamentos em prol do ambiente, do montante total concedido na UE.

Os acontecimentos mais marcantes de 2003 foram o processo de alargamento da UE, o lançamento da «Acção Europeia para o Crescimento» e o prosseguimento dos esforços no sentido de promover os objectivos da Parceria Euro-Mediterrânica.

Processo de alargamento da UE

Durante o ano, o Banco prosseguiu o reforço da sua acção em favor da integração dos novos Estados-Membros, concedendo nestes uma verba recorde de EUR 4 600 milhões. Com uma carteira de empréstimos em curso de EUR 18 000 milhões, o BEI é, individualmente, a maior fonte externa de financiamento nos novos Estados-Membros.

Depois de, numa primeira fase, ter concentrado os financiamentos na região em grandes projectos infra-estruturais, o BEI alargou a gama de actividades, passando a incluir mais investimentos que favoreçam o cumprimento das normas ambientais da UE e a promoção das PME.

O Banco continuou a apoiar o desenvolvimento dos mercados de capitais domésticos na região, lançando emissões em divisas locais. Actualmente, é o maior emitente de obrigações (não soberanas) nos mercados de capitais nacionais da Europa Central e Oriental.

O BEI procedeu a uma actualização dos Estatutos, para ter em conta a nova realidade política da União. Além disso, por força do alargamento, o seu capital subscrito foi aumentado de EUR 150 000 milhões para EUR 163 700 milhões. Cada novo Estado-Membro dispõe agora de um representante no Conselho de Governadores e no Conselho de Administração, e o Comité Executivo do Banco passou a compor-se de 9 membros, em vez de 8.

Acção Europeia para o Crescimento

O BEI tem participado activamente na preparação da Acção Europeia para o Crescimento. Esta iniciativa foi aprovada pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2003, tendo como objectivo reforçar o potencial de crescimento duradouro da Europa, através de um maior investimento em redes transeuropeias (RTE) de transportes, telecomunicações e energia, e da promoção da inovação e da investigação e desenvolvimento, incluindo no domínio das tecnologias do ambiente.

Durante 2003, o Banco confirmou a instauração de dois grandes programas, que fixaram objectivos de financiamento ambiciosos, para apoiar a Acção Europeia para o Crescimento a partir de 2004:

- A Facilidade de Investimento RTE, que prevê a concessão de EUR 50 000 milhões até 2010. Já foi iniciado o trabalho de elaboração de novos instrumentos destinados a incentivar uma maior participação do sector privado no financiamento de RTE.
- A «Iniciativa Inovação 2010», que tem por fim desenvolver na Europa uma economia baseada no conhecimento, e no âmbito da qual poderão ser concedidos EUR 40 000 milhões até 2010. Em 2003, os financiamentos do Banco no contexto da i2i ascenderam a EUR 6 200 milhões, tendo privilegiado o ensino superior e a I & D.

A FEMIP reforçada

Ao pedir ao BEI que reforçasse a Facilidade Euro-mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP) um ano apenas após o seu lançamento, o Conselho Europeu destacou o papel crucial do Banco no Processo de Barcelona. Respondendo a este pedido, o Banco não só incrementou as actividades da FEMIP em 2003, concedendo mais de EUR 2 000 milhões nos Países Parceiros Mediterrânicos, como adoptou uma série de medidas de apoio ao desenvolvimento do sector privado na região, incluindo uma dotação das suas reservas no valor máximo de EUR 1 000 milhões, para operações com partilha de riscos mais elevados.

Paralelamente, o Banco financiou as primeiras operações no âmbito da Facilidade de Investimento criada pelo Acordo de Cotonou, celebrado entre os Estados-Membros da UE e os Estados ACP.

Para poder levar a bom termo as suas actividades, o BEI tem de garantir um acesso fácil e flexível ao mercado de capitais. Neste contexto, verificou-se em 2003 um reforço da posição do Banco como maior emitente obrigacionista supranacional de nível soberano no mercado de capitais, que se apoia num *rating* AAA unanimemente reconhecido.

O nosso empenho na eficácia operacional foi acompanhado de uma vontade de melhorar a transparência e a responsabilização, de modo a aproximar o Banco dos cidadãos europeus, que são os beneficiários finais das suas actividades. Para o efeito, o Banco intensificou o diálogo com o Parlamento Europeu e com o Comité Económico e Social.

O exercício de 2003 foi um período de grande actividade e representou novos desafios para o futuro. Mas estou certo de que o Banco estará apto a assumir as múltiplas tarefas que o esperam, em prol da União Europeia.

Philippe Maystadt
Presidente do Grupo BEI

Âmbito de acção e perspectiva geral de 2003

Em conformidade com os seus Estatutos e com os mandatos que lhe são cometidos pelos Conselhos Europeus, o BEI contribui para a realização de projectos que concretizam as prioridades económicas e sociais da União, em particular, a coesão económica e social e o desenvolvimento regional. Sendo um banco público, o BEI conduz a sua acção em estreita colaboração com as restantes instituições da União.

- No cumprimento da sua missão, o BEI pauta-se por dois grandes princípios: optimizar o **valor acrescentado** das operações e actuar com **transparência:** as decisões de financiamento, em particular, são tomadas com base em critérios claros, como por exemplo, o contributo de cada operação para a realização dos objectivos da União, a qualidade e solidez de cada projecto e as vantagens financeiras que advêm do recurso a um financiamento do BEI.

Neste contexto, o Banco prosseguiu em 2003 as iniciativas conformes com as orientações formuladas pelo seu Conselho de Governadores e pelos Conselhos Europeus sucessivos:

- apoio ao investimento no domínio das redes transeuropeias – RTE – nos sectores dos transportes, das telecomunicações e da energia (Acção Europeia para o Crescimento, Bruxelas – Dezembro de 2003);

- desenvolvimento a longo prazo de uma economia europeia baseada no conhecimento, na inovação e na investigação e desenvolvimento, incluindo as tecnologias do ambiente (Lisboa – Março de 2000, Estocolmo – – Março de 2001, Sevilha – Junho de 2002 e Bruxelas – – Dezembro de 2003);

- contribuição para a política da União Europeia em matéria de alterações climáticas (Gotemburgo – Junho de 2001);

- reforço da parceria financeira com os países mediterrânicos, no enquadramento da Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria - FEMIP (Barcelona – Março de 2002, Sevilha – Junho de 2002 e Bruxelas – Dezembro de 2003);

- prosseguimento do apoio ao desenvolvimento económico e à integração dos novos Estados-Membros (Helsínquia – Dezembro de 1999, Barcelona – Março de 2002 e Copenhaga – Dezembro de 2002);

- implementação da nova «Facilidade de Investimento», destinada a favorecer o desenvolvimento do sector privado nos países ACP, em conformidade com os objectivos do Acordo de Cotonou, que entrou em vigor a 1 de Junho de 2003 (Laeken – Dezembro de 2001).

As actividades em números[1]:

- Em 2003, o volume total de **empréstimos assinados** pelo BEI ascendeu a 42 300 milhões, contra 39 600 milhões em 2002. Este aumento reflecte essencialmente o empenho do Banco em apoiar os novos Estados-Membros e as políticas de ajuda e de cooperação da União com países terceiros. As verbas distribuíram-se como se segue:
    - 34 200 milhões na UE dos 15;
    - 4 600 milhões nos novos Estados-membros da Europa Central e Oriental, em Chipre e em Malta;
    - 2 100 milhões nos países parceiros mediterrânicos;
    - 372 milhões nos Balcãs;
    - 463 milhões nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, e nos PTU;
    - 260 milhões na África do Sul;
    - 348 milhões nos países da América Latina e da Ásia.

- Os **desembolsos** ascenderam a **35 700 milhões**, sendo 63 % efectuados em euros.

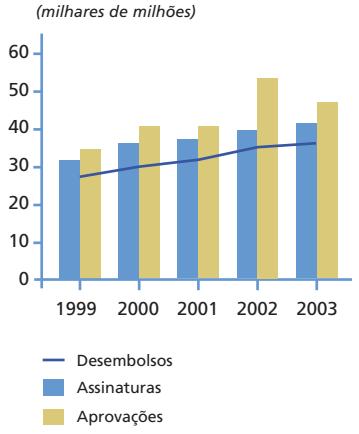
- A apreciação pelos serviços do Banco de cerca de 350 projectos de investimento em 2003 traduziu-se num volume de **aprovações** de **46 600 milhões**.

- Os **fundos captados**, após *swaps*, cifraram-se em 42 000 milhões, tendo sido obtidos por meio de 310 emissões obrigacionistas denominadas em 14 moedas. A actividade nos mercados, após *swaps*, distribuiu-se da seguinte forma: 54,7 % em EUR, 23,1 % em USD e 17,6 % em GBP.

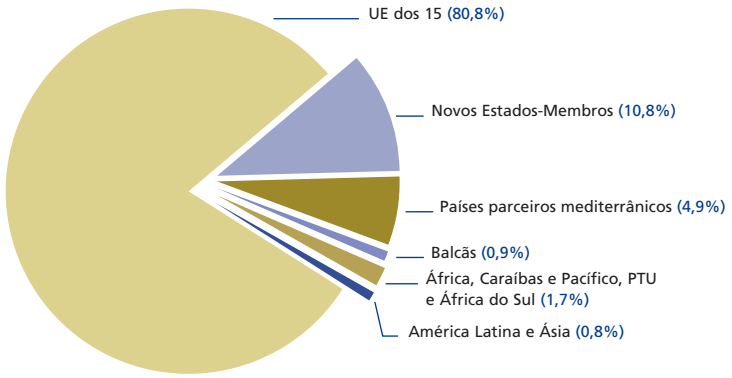
- Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos concedidos a cargo de recursos próprios e as garantias em curso cifravam-se em 248 milhões. O saldo vivo dos empréstimos contraídos ascendia a 194 milhões e o **total do balanço** cifrava-se em **234 100 milhões**.

- Por seu turno, o **FEI**[2] manteve o apoio às actividades das PME, tomando participações em fundos de **capital de risco** no valor de cerca de **135 milhões** e prestando **garantias** no valor de cerca de **2 200 milhões**.

Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados pelo BEI (1999-2003)



Distribuição por zona geográfica dos empréstimos assinados em 2003



[1] Salvo indicação em contrário, todos os montantes no presente relatório são expressos em euros.

[2] O leitor poderá complementar este Relatório de Actividades do Grupo BEI consultando igualmente o Relatório Anual do FEI disponível no *site* da Internet **www.eif.org**.

No CD-Rom incluído na presente brochura, apresenta-se o conjunto das estatísticas das actividades relativas ao exercício de 2003 e ao período de 1999 a 2003, assim como a lista dos projectos financiados durante o ano pelo Grupo BEI. Estes dados também são apresentados no capítulo «Publicações» do *site* do BEI na Internet: **www.bei.org**

Plano de Actividades do Banco para o período de 2004-2006

O Plano de Actividades do BEI (PAB) é um documento estratégico, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, em que o Banco define um programa de médio prazo referente a três anos e fixa as prioridades operacionais em função dos objectivos que lhe foram cometidos pelo Conselho de Governadores. As projecções estratégicas do plano, que é crucial para o trabalho dos serviços do Banco, são adaptadas anualmente em função de novos mandatos que sejam confiados ao BEI e da evolução do contexto económico.

O Plano de Actividades para 2004-2006, que cobre um período marcado por mudanças profundas e por novos desafios para o Grupo BEI, apresenta a evolução prevista das operações, tendo presente o actual alargamento da UE, acontecimento sem precedentes na sua história, seja em termos de dimensão, seja de diversidade.

No decurso de 2003, as direcções operacionais foram reorganizadas, para preparar a adesão dos dez novos Estados-Membros. Os países aderentes, e ainda a Bulgária e a Roménia, foram agrupados com os Estados-Membros numa única Direcção de Financiamentos para a Europa. No início deste ano, ingressaram nesta Direcção a Turquia e os Balcãs ocidentais.

A partir de 2004, a maioria dos países que até aqui beneficiavam do apoio de pré-adesão do Banco, passam a ter direito aos financiamentos no âmbito da principal prioridade do Banco, a coesão económica e social e o desenvolvimento regional da UE. A implementação da «iniciativa Inovação 2010» («i2i») é mantida como prioridade operacional-chave, na sequência da aprovação pelos governadores do prosseguimento do apoio do Banco à estratégia de Lisboa. O BEI espera dar, com o seu programa «i2i», um contributo significativo para a «Acção Europeia para o Crescimento» aprovada pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2003. Por outro lado, a importância conferida a esta acção pelo Conselho Europeu levou o Banco a reforçar a prioridade dada ao desenvolvimento das redes Transeuropeias (RTE).

Prioridades de financiamento

Estes desafios foram tidos em conta na definição das cinco principais prioridades de financiamento do PAB para o período de 2004-2006:

- coesão económica e social e desenvolvimento regional na UE alargada;
- implementação da Iniciativa Inovação 2010 (i2i);
- desenvolvimento das Redes Transeuropeias e das respectivas redes de acesso;
- protecção e melhoria do ambiente;
- apoio às políticas comunitárias de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação com os países parceiros, em particular, por meio da Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceria (FEMIP) e do Acordo de Cotonou, incluindo a Facilidade de Investimento. O Banco está a proceder a alterações das suas prioridades e organização, para ter em conta a implementação destes instrumentos.

Paralelamente a estas grandes prioridades, o Grupo BEI reforçará o apoio financeiro a empresas de pequena e média dimensão, assim como a projectos nos sectores da saúde e da educação.

Embora adopte uma abordagem flexível no que respeita à harmonização dos diferentes objectivos internos, o PAB visa globalmene fixar um limite de 5 % (valor nominal) para o crescimento dos financiamentos na UE dos 15. Prevê-se um crescimento mais rápido dos financiamentos nos novos Estados-Membros, nos países em vias de adesão e nos países parceiros, sobretudo os beneficiários da FEMIP reforçada e da Facilidade de Investimento ACP.

Captação

A optimização numa base sustentável dos custos de captação e o reforço da liquidez no mercado secundário continuarão a ser os pilares da estratégia de captação de fundos do Banco. Quando da adopção do Plano de Actividades para 2004-2006, o Conselho de Administração também aprovou uma autorização global de financiamento para 2004, no valor máximo de 50 000 milhões, verba que permitirá garantir uma cobertura prudente das necessidades de recursos previstas.

O Conselho de Administração do BEI

* texto integral do Plano de Actividades do BEI para 2004-2006 pode ser consultado no *site* da Internet do Banco: **www.bei.org**.

Financiamentos do Grupo BEI em 2003

Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União

O Tratado de Roma e subsequentemente, o Tratado de Amesterdão (1997), confiaram ao BEI a missão de promover a coesão económica e social da União, concedendo financiamentos, em particular, nas regiões menos favorecidas. Esta missão constitui o grande objectivo prioritário do Plano de Actividades (PAB).

Esta acção do Banco contribui para reduzir as disparidades económicas e sociais e favorece o crescimento, o emprego e a competitividade.

Estando a União Europeia a conhecer um alargamento sem precedentes na sua história, em termos, quer de dimensão, quer de diversidade, os objectivos do Banco em matéria de desenvolvimento regional e de coesão económica e social assumem este ano uma importância ainda maior. Desde 1 de Maio de 2004, os países que anteriormente beneficiavam da ajuda de pré-adesão do Banco podem obter financiamentos no âmbito da sua acção prioritária em prol do desenvolvimento regional.

Cerca de 16 300 milhões na forma de empréstimos individuais na União dos quinze

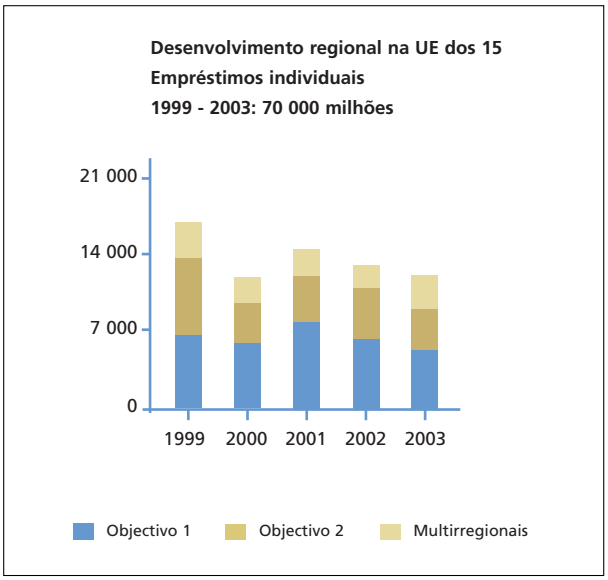
Em 2003, o BEI concedeu empréstimos individuais no valor de 16 300 milhões na União dos quinze, para projectos que contribuíam para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas ou confrontadas com problemas estruturais. Este montante representou cerca de 70 % do valor total de empréstimos individuais e destinou-se sobretudo aos países da Coesão – Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia – (7 100 milhões), ao Mezzogiorno italiano (3 200 milhões) e aos *Länder* orientais da Alemanha (2 700 milhões).

O sector dos transportes foi o principal sector apoiado, com mais de 35 % dos financiamentos. Os projectos financiados permitem atenuar os efeitos do afastamento geográfico e melhorar os acessos internos, contribuindo para a integração efectiva das regiões periféricas.

O Banco canalizou para a reabilitação de infra-estruturas urbanas mais de 19,5 % das verbas., para o sector energético 14,4 %, e para a indústria e os serviços, 13,7 %.

Por último, o sector da educação e da saúde registou um nítido aumento, com 10,16% dos financiamentos (7 % em 2002), o que ilustra a vontade do Banco de promover um acesso equitativo das populações da União às técnicas pedagógicas e aos cuidados de saúde mais avançados.

Por seu turno, os empréstimos globais ascenderam a cerca de 6 500 milhões, contribuindo para que em 2003 os financiamentos na União dos 15 ultrapassassem os 22 800 milhões.



Desenvolvimento regional na UE dos 15
Distribuição sectorial dos empréstimos individuais (2003)

(montantes em milhões)

	Total	
	montante	%
Energia	2 347	14
Comunicações	6 545	40
Gestão da água e infra-estruturas diversas	318	2
Ordenamento urbano	3 178	20
Indústria e agricultura	1 682	10
Educação e saúde	1 653	10
Outros serviços	547	3
Total empréstimos individuais	**16 269**	**100**
Empréstimos globais	6 502	

Integração dos novos Estados-Membros

Nos novos Estados-Membros, o BEI prosseguiu a sua acção tendente a atenuar as assimetrias regionais em relação à União dos quinze, tendo concedido empréstimos individuais no valor de cerca de 3 400 milhões, em comparação com 3 100 milhões em 2002. A Polónia recebeu 1 200 milhões (36,1%), a República Checa 1 100 milhões (32,6%) e a Hungria 571 milhões (16,8%).

Desenvolvimento regional nos novos Estados-Membros
Distribuição sectorial dos empréstimos individuais (2003)

(montantes em milhões)

	Total	
	montante	%
Comunicações	1 421	42
Gestão da água e infra-estruturas diversas	736	22
Indústria e agricultura	834	25
Educação e saúde	400	12
Total empréstimos individuais	**3 391**	**100**
Empréstimos globais	565	

Os principais sectores financiados foram os transportes (41,9%), a indústria e os serviços (24,6%), as infra-estruturas (20,4%) e a educação e a saúde (11,8%).

Os empréstimos globais cifraram-se em 635 milhões, pelo que os financiamentos nos novos Estados-Membros totalizaram mais de 4 000 milhões.

Desenvolvimento regional nos novos Estados-Membros
Distribuição por países dos empréstimos (2003)

(milhões)

	Total	empréstimos individuais	Empréstimos globais
Polónia	1 345	1 225	120
República Checa	1 217	1 107	110
Hungria	741	571	170
Chipre	235	235	
República Eslovaca	209	159	50
Eslovénia	109	34	75
Lituânia	100	60	40
Total	**3 956**	**3 391**	**565**

Reforço da cooperação com a Comissão e da integração nos instrumentos financeiros comunitários

Os serviços do BEI prosseguiram a estreita colaboração com os serviços da Comissão Europeia, e especialmente com a DG REGIO, na preparação do terceiro relatório de coesão. Um grupo de trabalho conjunto do BEI e da DG REGIO debruçou-se sobre a questão da forma como os financiamentos do BEI poderão apoiar e complementar mais directamente a acção dos Fundos Estruturais.

A colaboração do BEI também abrange a avaliação de projectos para a Comissão e a troca de informações sobre grandes projectos susceptíveis de beneficiar dos Fundos Estruturais no seio da UE dos 15 e nos novos Estados-Membros (FEDER, Fundo de Coesão e Instrumento estrutural de pré-adesão [IEPA]).

Financiamentos em favor de programas estruturais

O crescimento dos empréstimos em favor de programas estruturais (EPE) ilustra uma vez mais o reforço da colaboração com a Comissão e a maior integração dos financiamentos do BEI com os instrumentos estruturais. Os EPE consistem num tipo específico de empréstimos-quadro de apoio a programas de investimento plurianuais administrados por entidades públicas e co-financiados pelos instrumentos estruturais, que visam contribuir para os objectivos de coesão económica e social da UE. Desde o seu lançamento em 2001, os EPE têm progredido rapidamente na União, tendo apoiado o contributo das autoridades regionais para programas de desenvolvimento no âmbito dos Objectivos N°1 e 2. Em 2003, o seu âmbito foi alargado a países aderentes como a Polónia e a Lituânia, onde pela primeira vez se financiou a participação do Estado no financiamento dos programas estruturais comunitários.

Contributo dos empréstimos globais para o desenvolvimento regional

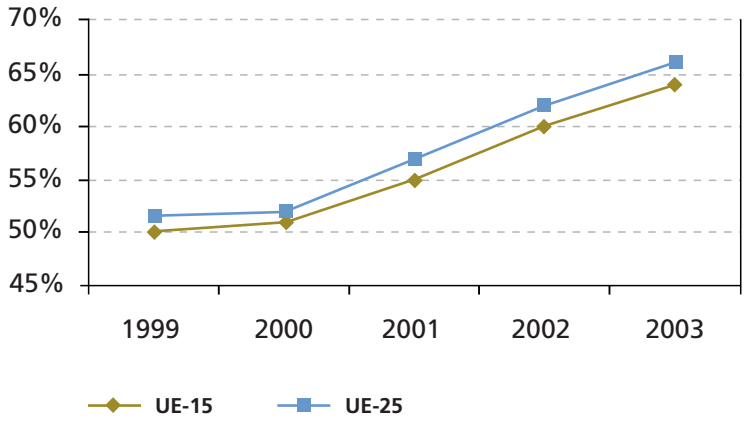
O BEI prossegue a sua acção em favor do desenvolvimento regional, recorrendo a todos os instrumentos de que dispõe. Entre estes, destacam-se os empréstimos globais, que permitem canalizar recursos para investimentos de PME e pequenas infra-estruturas da iniciativa de autarquias locais.

De resto, o desenvolvimento regional constitui o objectivo prioritário, não só dos empréstimos individuais, mas também dos empréstimos globais, os quais contribuem para facilitar o financiamento a médio e longo prazo de pequenos investimentos nas regiões menos favorecidas, nomeadamente de iniciativa de PME nos novos Estados-membros.

Nos últimos cinco anos, o BEI reforçou o apoio prestado às zonas assistidas por meio dos empréstimos globais, tal como ilustrado no gráfico a seguir, tendo a respectiva quota-parte no total de financiamentos na União (calculada com base nas assinaturas) passado de cerca de 50% em 1999 para cerca de 65% em 2003 (66%, se se incluir os financiamentos nos 10 novos Estados-Membros).

Esta evolução resulta do crescente empenhamento do BEI em aperfeiçoar a adaptação do sistema de empréstimos globais às regiões menos favorecidas, nomeadamente, por meio da diversificação dos intermediários financeiros, que possibilita uma maior abrangência regional.

Quota-parte dos empréstimos globais concedidos nas zonas assistidas (Estimativas baseadas no volume de empréstimos assinados)



A «Iniciativa Inovação 2010»

A «iniciativa Inovação 2000» (i2i) foi criada pelo Grupo BEI para apoiar a «Estratégia de Lisboa» do Conselho Europeu de Março de 2000, tendo em vista edificar uma economia europeia baseada no conhecimento e na inovação. Em 2003, a i2i foi renovada, com a designação de «Iniciativa Inovação 2010», confirmando assim a prioridade absoluta que o Banco dá ao financiamento da inovação até 2010.

Desde o lançamento da i2i, foram concedidos no âmbito da mesma mais de 17 000 milhões para apoiar projectos de investimento, dos quais 6 200 milhões só no ano de 2003.

A i2i articula-se em torno de cinco vertentes económicas e traduz-se em:

- empréstimos a médio e longo prazo do BEI (eventualmente sob a forma de empréstimos com partilha de riscos ou de empréstimos estruturados) e

- tomadas de participação do FEI em fundos de investimento (FCR) para disponibilização de capitais próprios sob a forma de capital de risco a PME.

A investigação e o desenvolvimento (I&D)

Em 2003, o BEI canalizou mais de 2 000 milhões para o financiamento de 18 projectos de I&D. A maioria destes projectos era de iniciativa privada, nos domínios da nanotecnologia, da óptica, da biotecnologia e das telecomunicações. Com estes empréstimos, o total dos financiamentos do BEI desde 2000 no sector da I&D elevou-se a 6 000 milhões.

Entre os principais projectos financiados, de assinalar o parque científico de Helsínquia, que põe à disposição laboratórios e escritórios para jovens empresas de biotecnologia. Em Lovaina, uma plataforma de investigação permitirá ao IMEC (o maior centro de pesquisa europeu independente nos domínios da microelectrónica e das nanotecnologias) e aos seus parceiros manterem-se na vanguarda da investigação sobre as nanotecnologias e ao par dos últimos progressos tecnológicos no domínio dos semicondutores.

O desenvolvimento das PME e do espírito empresarial

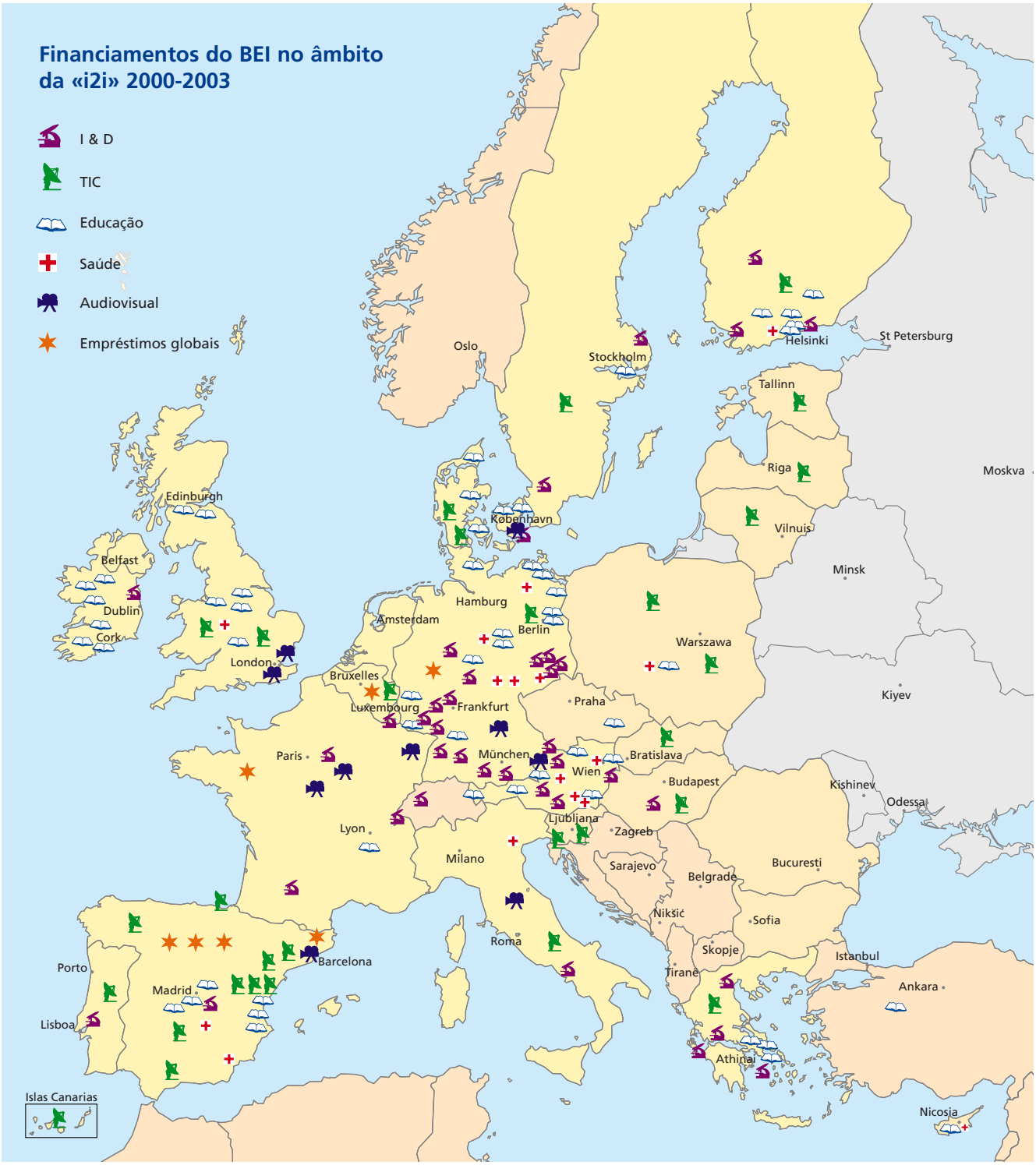
Uma parte das verbas canalizadas para as PME através dos empréstimos globais destina-se a objectivos relacionados com a i2i.

Em 2003, as operações do Grupo BEI incluíram as actividades da sua filial especializada, o FEI, que comprometeu 135 milhões em 16 operações. Tendo em conta estas novas operações, a carteira total do FEI ascende a cerca de 2 500 milhões, investidos em 189 operações.

O FEI continua a privilegiar o financiamento de fundos situados a juzante da investigação-desenvolvimento, sobretudo os relacionados com transferências de tecnologia e com investimentos que favorecem a valorização e a exploração dos resultados da investigação nas universidades. Neste contexto, o FEI interveio em 2003 no fundo belga VIVES, que tem como objectivo promover a criação e o desenvolvimento de novas sociedades com um elevado valor acrescentado intelectual, utilizando substancialmente os resultados da investigação realizada na Universidade Católica de Lovaina.

Além disso, a Direcção-Geral da Investigação da Comissão Europeia confiou ao FEI a realização de um estudo de viabilidade sobre a instituição de um novo tipo de instrumento de investimento e de transferência de tecnologia, articulado em torno de pólos de excelência e de universidades. Este estudo visa, nomeadamente, promover a criação de um instrumento pan-europeu que facilite a passagem da investigação à comercialização.

Ainda, no enquadramento da Iniciativa Europeia para o Crescimento, os recursos de capital de risco facultados pelo BEI ao FEI foram reforçados com 1 000 milhões suplementares. Estes recursos servirão para financiar fundos de capital de risco que investem em empresas inovadoras.


Financiamentos do BEI no âmbito da «i2i» 2000-2003
I & D
TIC
Educação
Saúde
Audiovisual
Empréstimos globais
Oslo
Stockholm
Helsinki
St Petersburg
Tallinn
Riga
Moskva
Vilnius
Minsk
Edinburgh
Belfast
Dublin
Cork
London
Kobenhavn
Hamburg
Amsterdam
Berlin
Warszawa
Bruxelles
Luxembourg
Frankfurt
Praha
Kiyev
Paris
München
Wien
Bratislava
Budapest
Kishinev
Odessa
Lyon
Ljubljana
Zagreb
Milano
Sarajevo
Belgrade
Bucuresti
Niksić
Sofia
Roma
Skopje
Istanbul
Porto
Barcelona
Tirane
Madrid
Ankara
Lisboa
Athinai
Islas Canarias
Nicosia

O enriquecimento do capital humano

Em 2003, o BEI concedeu no âmbito da i2i cerca de 2 700 milhões em favor de 27 projectos nos sectores da saúde e da educação. Muitos deles consistiam na realização de instalações universitárias ou destinadas ao ensino superior, ou na renovação e modernização tecnológica, nomeadamente em Helsínquia, Madrid, Toulouse e no *Land* da Renânia do Norte-Vestefália. Na Roménia, o BEI financiou a reabilitação e o equipamento de estabelecimentos escolares no conjunto do território.

As redes tecnológicas

Sendo instrumentos cruciais da difusão da inovação e do intercâmbio de dados entre sociedades, as redes de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) beneficiaram em 2003 de empréstimos no valor de 1 400 milhões, repartidos por 14 operações. Neste contexto, o Banco co-financiou a construção de uma nova instalação de produção de emissões radiofónicas e televisivas da Ørestad (Copenhaga), destinadas a todo o país. Prevê-se a realização de investimentos adicionais relacionados com aplicações tecnológicas inovadoras, tais como a digitalização e serviços em linha. Foram ainda assinados em Chipre acordos relativos ao financiamento de investimentos nos sectores da educação e das tecnologias da informação, com vista a promover o crescimento e a utilização das redes de TIC.

Difusão da inovação: «i2i – Audiovisual»

Em 2003, o BEI assinou dois novos acordos-quadro de um valor individual de 20 milhões, prosseguindo assim a colaboração com duas instituições financeiras especializadas no financiamento do sector audiovisual. Até finais de 2003, a parceria com estas instituições traduziu-se no cofinanciamento pelo Banco de uma carteira de 36 filmes ou emissões de televisão. No total, foram assinados contratos de financiamento neste sector no valor de 423 milhões.

A iniciativa «i2i-Audiovisual», lançada em Dezembro de 2000, tem como objectivo apoiar a produção e distribuição de obras audiovisuais europeias, ajudar o sector a adoptar novas tecnologias e incentivar a comunidade bancária e financeira a reforçar a participação no financiamento de projectos neste sector. Esta iniciativa é implementada em concertação com o programa MEDIA Plus da Comissão Europeia.

Financiar as redes transeuropeias

A integração económica dos Estados-Membros da União alargada implica a existência de redes de comunicação, de transporte de energia e de informação eficazes.

Desde 1993, na sequência de diversas iniciativas comunitárias que conduziram à identificação das redes transeuropeias (RTE) na União e mais recentemente, nos novos Estados-Membros, o Banco reforçou muito a sua acção em favor das RTE.

Principal fonte bancária

O Banco é a principal fonte de financiamento bancário destas grandes redes na UE alargada, apoiando a realização de doze dos catorze projectos prioritários de transportes, de sete dos dez projectos prioritários de energia definidos quando do Conselho de Essen em Dezembro de 1994, e ainda dos principais grandes projectos de telecomunicações. Em dez anos (1993-2003), foram assinados empréstimos no valor de: 56 000 milhões para RTE de transportes, 6 700 milhões para RTE de energia e 19 000 milhões para RTE de telecomunicações.

O Banco contribui para estes projectos com um valor acrescentado real, tendo capacidade para:

- mobilizar nas melhores condições os vultosos montantes necessários para a sua realização;
- oferecer condições em termos de prazos (30 ou mais anos) adaptadas à grande dimensão dos projectos;
- disponibilizar financiamentos que, quando apropriado, podem ter uma forma estruturada que permite uma intervenção conjugada com a dos bancos comerciais e dos mercados de capitais.

O efeito catalisador das intervenções do Banco é ilustrado, nomeadamente, pelas inúmeras parcerias público-privadas (PPP) que este apoia, as quais combinam as vantagens específicas dos dois sectores para a realização destas infra-estruturas. Em 2003, o Banco aprovou a concessão de um total de 2 800 milhões para o financiamento de projectos PPP (as assinaturas atingiram um montante similar), alguns de grande envergadura, como o metropolitano de Londres e o eléctrico de Barcelona, a reconstrução de auto-estradas em Espanha, no Reino Unido e na Irlanda, a ponte Rion-Antirion na Grécia e a construção de um centro de carga intermodal em Graz, na Áustria.

Reforço da acção até 2010

No enquadramento da **Acção Europeia para o Crescimento**, aprovada pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2003, o BEI conta reforçar o apoio ao financiamento de RTE, particularmente, implementando um instrumento de crédito prioritário com uma dotação de 50 000 milhões até 2010.

O Banco vai igualmente melhorar os instrumentos financeiros disponíveis, a fim de aumentar a participação do sector privado no financiamento das RTE, propondo, nomeadamente, empréstimos a longo prazo com durações muito longas (até 35 anos), cujo valor poderá atingir, em casos específicos, até 75 % dos custos de investimento, e também períodos de carência adaptados, prestação de garantias cobrindo o valor do investimento durante a fase de construção e a criação de fundos de titularização.

Por último, o Banco implementará, em colaboração com a Comissão e o Conselho, um programa de «arranque rápido» baseado na importância dos projectos para a integração do mercado interno na União alargada, nos respectivos grau de maturidade, viabilidade económica e financeira e incidência no crescimento, e no efeito mobilizador que terão sobre os capitais privados.

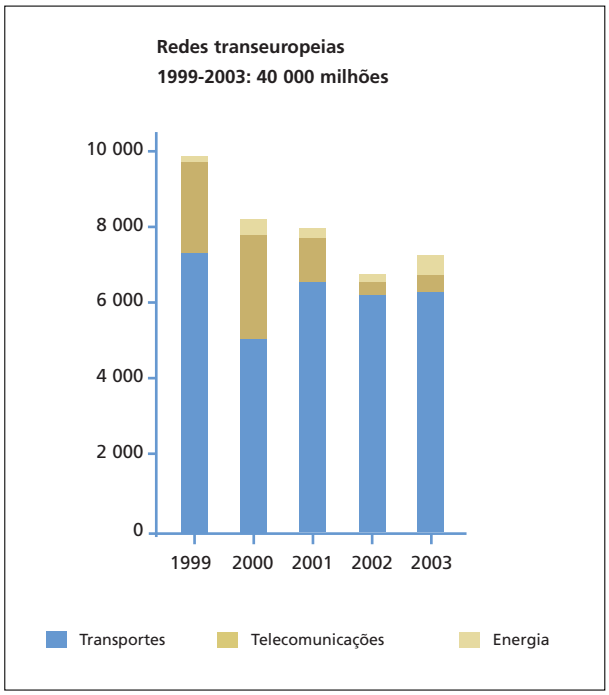
6 800 milhões concedidos em 2003

Em 2003, os contratos de financiamento assinados para a realização de RTE na União alargada cifraram-se em 6 800 milhões.

No domínio dos **transportes**, os principais financiamentos na União (excluindo os novos Estados-Membros) destinaram-se a:

- construção de linhas ferroviárias de alta velocidade, tais como as ligações de Fawkham Junction a Londres (Reino Unido) e de Colónia a Francoforte e ao respectivo aeroporto (Alemanha), e a nova linha entre Madrid e Barcelona (Espanha);
- melhoria das redes de estradas e auto-estradas, nomeadamente, construção de diversas auto-estradas em Espanha e em Portugal, renovação técnica de um lanço da auto-estrada A1 entre Darrington e Dishforth no Reino Unido, construção de lanços de auto-estrada no eixo Egnatia e da ponte Rion-Antirion de ligação do Peloponeso ao continente, na Grécia;
- reforço de infra-estruturas aeroportuárias em Madrid (Espanha), Munique e Hamburgo (Alemanha), Cork (Irlanda) e Veneza (Itália);
- ampliação ou a modernização de infra-estruturas portuárias: uma vintena de portos na Itália, em Barcelona, Sagunto e Las Palmas em Espanha, em Hamburgo e Bremerhaven na Alemanha, em Vuosaari e Kotka na Finlândia, em Gotemburgo na Suécia, no Funchal, Caniçal e Porto Novo na ilha da Madeira, em Portugal, e no porto de Bruxelas, na Bélgica;

Nos novos Estados-Membros, que se debatem com grandes problemas de desenvolvimento e de reabilitação das infra-estruturas, as assinaturas relativas a projectos de RTE de transportes rondaram em 2003 os 1 500 milhões, destinando-se as verbas a projectos de estradas e de auto-estradas (1 000 milhões na Polónia, Roménia, República Eslovaca, Hungria e Bulgária), de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias (280 milhões na República Checa) e de transportes ferroviários (200 milhões na Hungria e na Eslovénia).



Foram igualmente concedidos 1 000 milhões para o financiamento de projectos de telecomunicações, dos quais 315 milhões se destinaram a RTE em Espanha e na Dinamarca.

Por último, foram assinados contratos no valor de 390 milhões para o financiamento de projectos de RTE de energia (Espanha, Portugal e Reino Unido).

Acção do BEI em favor das redes transeuropeias e dos grandes eixos na UE alargada 1993-2003

- Traçado das redes transeuropeias prioritárias (RTE)
- Secções destas RTE objecto de compromisso de financiamento
- Outras infra-estruturas e redes de interesse europeu financiadas
- Eixos rodoviários e ferroviários na Europa Central e Oriental
- Secções desses eixos objecto de financiamentos
- Rodo/Ferrovia
- Electricidade
- Gás
- Aeroporto
- Projecto de carácter multirregional
- Terminal intermodal
- Porto
- Gestão do tráfego aéreo
- Aproveitamento de jazigos de petróleo e de gás natural

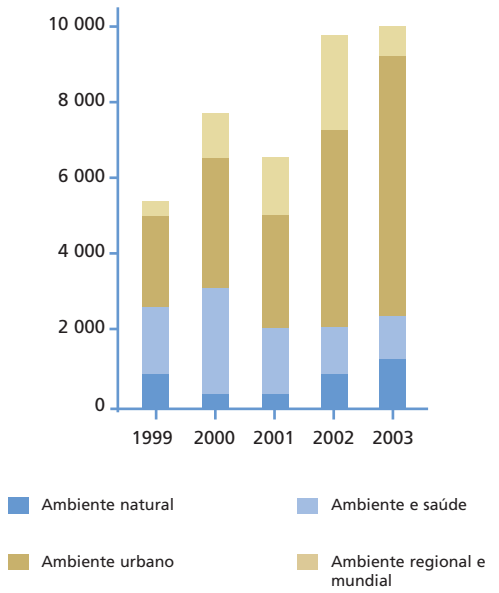
Proteger o ambiente e melhorar a qualidade de vida

A protecção e a melhoria do ambiente figuram entre as grandes prioridades do BEI. Com efeito, o Banco propôs-se como objectivo canalizar entre 30 % e 35 % de todos os seus empréstimos individuais na União alargada para projectos de protecção e melhoria do ambiente.

Os valores atingidos em 2003 (11 500 milhões) coadunam-se perfeitamente com este objectivo, na medida em que representaram 42 % do total de empréstimos individuais concedidos na União alargada, que se cifrou em 12 300 milhões.

O Banco atingiu igualmente o objectivo de duplicar as verbas concedidas no domínio das energias renováveis em relação ao montante total canalizado para o sector energético (de 7 % em 2002 para 15 % em 2003), financiando sobretudo projectos no domínio da energia eólica. O BEI tenciona consolidar este resultado positivo e alargar as operações a outros domínios das energias renováveis.

Ambiente e qualidade de vida
Empréstimos individuais
1999-2003: 38 000 milhões



Ambiente e qualidade de vida
Empréstimos individuais em 2003

(milhões)

	Total
Ambiente natural	869
Ambiente e saúde	1 488
Ambiente urbano	6 791
Ambiente regional e mundial	2 618
Total empréstimos individuais	**10 761 ***

** dado que certos projectos visam mais de um objectivo, as diferentes rubricas não são acumuláveis*

2003: ano recorde

Em 2003, o BEI concedeu na **União dos quinze** empréstimos individuais no valor de 10 700 milhões no domínio da protecção do ambiente. De destacar a verba de 3 300 milhões canalizada para projectos de transportes urbanos, nomeadamente, para redes de eléctricos e de metropolitanos ligeiros. Também foram financiados inúmeros projectos de renovação urbana, incluindo no sector da habitação social, como na Bélgica (Flandres), na Alemanha (Saxónia), em Espanha (Catalunha), na Áustria (Viena), em Portugal e no Reino Unido (Glasgow).

O Banco participou no financiamento de programas de reconstrução nalguns países afectados por catástrofes naturais, concedendo neste contexto um total de 1 200 milhões a diversas regiões e cidades italianas afectadas por tremores de terra em finais de 2002 e início

de 2003, e 84 milhões para a reparação de danos causados por inundações no norte deste país em 2000.

Na Alemanha, o BEI concluiu um empréstimo global destinado sobretudo ao sector das energias renováveis, principalmente investimentos em parques eólicos, centrais geotérmicas, centrais hidroeléctricas de pequena dimensão e projectos energéticos baseados na energia solar e na biomassa.

Nos novos Estados-Membros, os empréstimos individuais em favor de projectos ambientais ascenderam a 811 milhões. O BEI prosseguiu o apoio às obras de reconstrução na sequência dos danos causados pelas inundações de Agosto de 2002, nomeadamente, concedendo 155 milhões para a reparação do metropolitano de Praga, na República Checa, e 50 milhões para medidas de prevenção de deslizamentos de terrenos na Polónia.

Apoio às regiões afectadas pela maré negra

Em 2003, o BEI demonstrou uma vez mais a sua capacidade de reação rápida e a sua solidariedade perante catástrofes ecológicas e situações de emergência. Assim sendo, concedeu um financiamento excepcional para atenuar as consequências catastróficas, tanto económicas como ambientais, do naufrágio do petroleiro «Prestige» na Galiza, nas Astúrias e na Cantábria, as três regiões espanholas mais afectadas pela maré negra.

Concretamente, o BEI concedeu em Março de 2003 um empréstimo global de 150 milhões, destinado a apoiar prioritariamente a actividade económica nestas regiões e em particular, as pequenas e médias empresas (PME) e as autarquias locais. Além disso, instaurou um empréstimo-quadro de emergência no valor de 350 milhões, dedicado ao financiamento de um programa de investimentos públicos para projectos de maior envergadura. Estes empréstimos oferecem condições particularmente favoráveis que podem, em certos casos excepcionais, significar o financiamento do custo total do projecto.

Favorecer a protecção do ambiente nos países terceiros

Nos países parceiros mediterrânicos e nos Balcãs, o BEI concedeu 677 milhões na forma de empréstimos directos, a saber: 230 milhões na Argélia, para a reconstrução e a reabilitação das infra-estruturas nas zonas devastadas pelo terramoto de 21 de Maio de 2003, e 150 milhões na Turquia, para a realização de obras prioritárias semelhantes, na sequência do terramoto de Agosto de 1999.

Foi também concedido o primeiro empréstimo no domínio do ambiente nos Balcãs ocidentais, no valor de 27 milhões, que se destinou ao financiamento de infra-estruturas hídricas em cinco municípios albaneses.

Nos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), o Banco canalizou 54 500 milhões para projectos embientais que contribuíam simultaneamente para o objectivo global do Banco de promoção do desenvolvimento duradouro nestes países.

Por último, o Banco assinou um contrato de financiamento no valor de 25 milhões para a construção de uma estação de tratamento de águas residuais em São Petersburgo, que constitui a primeira operação do BEI na Federação da Rússia.

Cooperação com a Comissão

A combinação dos empréstimos do Banco com as ajudas a fundo perdido da UE é crucial, pois as sinergias criadas reforçam a eficácia dos recursos aplicados. A acção conjunta do BEI e da Comissão Europeia no domínio do ambiente é particularmente significativa nos novos Estados-Membros, nos países parceiros mediterrânicos e nos países ACP. Além disso, o Banco intervém como conselheiro da Comissão no que toca à apreciação de projectos financiados com recursos do Fundo de Coesão e do Instrumento Estrutural de Pré-Adesão.

O Banco apoia ainda os compromissos da União Europeia relativamente aos objectivos de desenvolvimento das Nações Unidas para o milénio, associando-se à iniciativa «água» e «energias renováveis» e participando também em diversas iniciativas ambientais na Europa referentes às regiões do Mar Báltico, do Mediterrâneo, do Danúbio e do Mar Negro. Além disso, o BEI participa na «Parceria para o Ambiente no âmbito da Dimensão Setentrional», tendo a seu cargo a coordenação e aceleração da implementação de projectos nos domínios do ambiente e da segurança nuclear no norte da Europa, em particular, no noroeste da Rússia e na região de Kaliningrado, e preside actualmente ao grupo-piloto (Julho de 2003 a 2004).

O BEI e as alterações climáticas

Quando da 9ª sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre as alterações climáticas (COP9), que se realizou em Milão em Dezembro de 2003, o Presidente do BEI, Philippe Maystadt, apresentou as novas iniciativas do Banco em favor da política da UE em matéria de alterações climáticas. Constituem dois elementos-chave deste programa o «instrumento de financiamento específico», dotado de 500 milhões, que se destina a ajudar as empresas europeias que participam no sistema europeu de transacção de direitos de emissão (que será lançado em 2005), e o «instrumento de ajuda à negociação», que tem como objectivo conceder subvenções condicionais no enquadramento do «instrumento de aplicação conjunta» e do «mecanismo de desenvolvimento não poluidor» do Protocolo de Quioto. O BEI está ainda a explorar a possibilidade de participar num fundo de investimento «carbono», cuja finalidade seria a recolha de créditos de carbono. O BEI, que se ocupa há muitos anos da problemática das alterações climáticas, em cooperação com a Comissão Europeia, colabora com esta na elaboração e implementação de novas iniciativas, assim como com outras entidades especializadas no mercado dos créditos de carbono.

Relatório sobre o ambiente 2003

Em Maio de 2004, o BEI publicou o segundo relatório sobre o ambiente, no qual descreve os meios que afecta a este objectivo prioritário, a estratégia que adopta relativamente a problemas ecológicos e as suas actividades em prol do ambiente natural e urbano.

Este relatório pode ser consultado no *site* do Banco: *www.bei.org*.

Fórum BEI 2003

«Perspectivas para um ambiente viável: as políticas de longo prazo da Europa nos domínios da energia e da água»

O 9° Fórum BEI realizou-se em Dublin a 23 e 24 de Outubro de 2003, contando com cerca de 350 participantes provenientes de toda a Europa.

Na alocução de abertura, **Philippe Maystadt**, Presidente do BEI, ressaltou a extrema importância do tema escolhido: a viabilidade a longo prazo do ambiente nos sectores da energia e da água. Lembrando que os Estados-membros estão firmemente empenhados em apoiar a gestão sustentada do ambiente, preconizou a adopção imediata de medidas regulares e coerentes para atingir esse objectivo.

Os oradores do Fórum incluíam personalidades como **Margot Wallström** (Comissária Europeia para o Ambiente), **Bertie Ahern** (Primeiro-Ministro irlandês), Charlie McCreevy (Ministro das Finanças irlandês), **Borge Brende** (Presidente da Comissão das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável e Ministro do Ambiente norueguês) e **István Csillag** (Ministro da Economia e dos Transportes úngaro).

Para mais informações sobre os trabalhos do Fórum, ver BEI-Informações N°115 ou consultar o site www.eib.org/forum. O 10° Fórum realizar-se-á em Varsóvia (Polónia), a 14 e 15 de Outubro de 2004.

Philippe Maystadt, Presidente do BEI

Michael G. Tutty, Vice-Presidente do BEI, Margot Wallström, Comissária Europeia para o Ambiente, Borge Brende, Ministro do Ambiente norueguês e Charlie McCreevy, Ministro das Finanças irlandês

Michael G. Tutty, Vice-Presidente do BEI, Bertie Ahern, Primeiro-Ministro irlandês e Philippe Maystadt, Presidente do BEI

Preparar os novos Estados-Membros

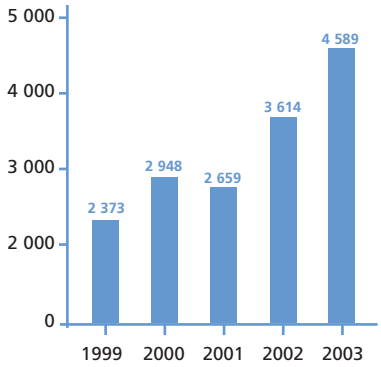
Desde 1990, o BEI já concedeu mais de 25 000 milhões nos novos Estados-Membros, designadamente: 24 000 milhões nos países da Europa Central e 1 020 milhões em Chipre e Malta. Com uma verba de 4 600 milhões só em 2003 (contra 3 400 milhões em 2002), o Banco continua a ser a primeira fonte externa de financiamento no conjunto destes países e dos países em vias de adesão (Bulgária e Roménia).

O Banco privilegia o financiamento de projectos que facilitem a coadunação dos novos Estados-Membros com as políticas e normas em vigor na União, intervindo no âmbito:

- do mandato de financiamento, que beneficicia de uma garantia específica a cargo do orçamento comunitário, nos termos do qual o BEI pode conceder um montante máximo de 8 680 milhões durante o período de 2000 – 2006;
- da sua linha de crédito de pré-adesão trienal, com uma dotação de 8 500 milhões (2000 – 2003), instaurada por sua iniciativa e por sua conta e risco, e que não beneficia de garantia comunitária.

Desde 2002, o Banco aplica relativamente aos projectos nos novos Estados-Membros os mesmos critérios que nas operações nos Estados-Membros da União dos 15, no que toca a objectivos, à avaliação e às políticas de gestão do risco.

Novos Estados-Membros e países em vias de adesão
1999-2003: 16 000 milhões



Melhoria do ambiente

Os novos Estados-Membros devem coadunar-se com as normas da União em matéria de protecção do ambiente. Além dos programas nos sectores dos transportes urbanos e regionais, que também podem contribuir para a redução da poluição do ar e da água e para a melhoria da qualidade de vida, o Banco continuou a financiar regularmente projectos de protecção do ambiente, particularmente nos sectores da adução de água e do tratamento de águas residuais, assim como no do ordenamento urbano. Deste modo, 16 % dos empréstimos concedidos em 2003 destinaram-se aos sectores do ambiente, da água e da renovação urbana.

Novos Estados-Membros e países em vias de adesão
Empréstimos por sectores em 2003

(mihões)

	Total
Transportes e telecomunicações	1 681
Água (infra-estruturas urbanas) e ambiente	736
Indústria e serviços	869
Educação e saúde	643
Empréstimos globais	660
Total	**4 589**

Entre os sectores financiados, destacam-se as infra-estruturas de transportes e de telecomunicações (37 %), a indústria e os serviços (19 %), e a educação e a saúde (14 %). Trata-se de sectores prioritários nos quais é vital proceder a obras de reabilitação e de renovação, para garantir a conformidade com as normas da UE. Os restantes 14 % foram concedidos na forma de empréstimos

Novos Estados-Membros
Empréstimos concedidos em 2003

(milhões)

	Total
Polónia	1 345
República Checa	1 217
Hungria	741
República Eslovaca	209
Eslovénia	109
Lituânia	100
Letónia	40
Estónia	30
Europa Central	*3 791*
Chipre	235
Mediterrâneo	*235*
Total *	**4 026**

** do qual linha pré-adesão: 3 867 milhões*

globais destinados a financiar projectos realizados por PME dos sectores da indústria e dos serviços e por autarquias locais ou associações de municípios.

Um apoio sólido às PME e a pequenas infra-estruturas

O BEI apoia as PME e pequenos investimentos de autarquias locais por meio dos empréstimos globais. Estes instrumentos de longo prazo disponibilizam, por intermédio de inúmeros bancos e instituições financeiras, recursos em condições favoráveis e denominados em divisa nacional, que podem variar entre 40 000 e 25 milhões de EUR.

O BEI incita os bancos seus parceiros nesta região a envidar todos os esforços no sentido de apoiar pequenos investimentos. Consequentemente, o montante médio da participação do Banco no financiamento destes investimentos desceu de 650 000 EUR em 2002 para 360 000 EUR em 2003.

No âmbito da parceria entre o BEI e a Comissão Europeia (Instrumento de financiamento das PME), foram concedidos 300 milhões para o financiamento de cerca de 335 projectos de pequena e média dimensão no contexto dos empréstimos globais em curso. Os novos empréstimos globais instituídos com bancos parceiros do BEI atingiram os 300 milhões. Na sequência do êxito deste conceito e da sua implementação, o BEI criou o Instrumento de financiamento de infra-estruturas locais (Municipal Infrastructure Facility - MIF) conjuntamente com a Comissão. Este instrumento visa acelerar a implementação de pequenos projectos de infra-estruturas locais nas regiões dos novos Estados-membros limítrofes dos países da UE dos 15. No enquadramento do MIF, o BEI afecta uma parte dos créditos concedidos no âmbito dos seus empréstimos globais a projectos de autarquias locais, enquanto a Comissão concede subvenções a intermediários do BEI e a beneficiários finais destes projectos.

Por seu turno, o FEI prosseguiu a sua acção, assinando os três primeiros contratos de garantia na Europa de Leste (Bulgária, República Checa e Letónia) relativos a seguro de crédito, no valor de 54 milhões. O Fundo assinou ainda uma operação de capital de risco na Hungria.

Estreita cooperação com o sector bancário

O estabelecimento de uma estreita colaboração com o sector bancário local é um factor determinante do âmbito e da incidência dos empréstimos do BEI nos novos Estados-Membros. Não seria possível chegar às PME – e em particular, às mais pequenas - sem a ajuda dos bancos locais, que conhecem o mercado e estão em contacto com as PME em fase de arranque na região. O BEI também colabora com a banca da região, quer se trate de bancos internacionais, quer nacionais, para a prestação de garantias adequadas para os seus financiamentos.

Três novas instituições financeiras juntaram-se aos accionistas do FEI: «The Hungarian Development Bank Ltd» (Hungria), «The Encouragement Bank» (Bulgária) e «Bank of Valletta p.l.c.» (Malta).

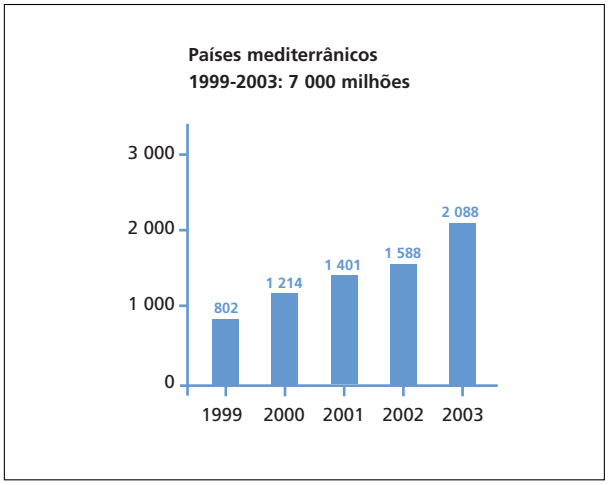
A parceria financeira euro-mediterrânica (FEMIP)

Em 2003, primeiro ano completo de actividades da Facilidade Euro-mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP), os empréstimos nos 10 países parceiros da Bacia Mediterrânica (PPM) atingiram cerca de 2 100 milhões. Este valor recorde ilustra bem o papel predominante do Banco no desenvolvimento económico e na estabilidade desta região.

Prioridade ao sector privado e às infra-estruturas

A acção do BEI na bacia mediterrânica reflecte a grande prioridade que este dá à realização dos objectivos da FEMIP: com efeito, mais de um terço das operações tiveram como objectivo específico promover o crescimento das empresas privadas por meio do investimento estrangeiro directo (Turquia e Tunísia), de co-empresas fruto da cooperação entre promotores de PPM (Argélia), ou do financiamento de PME (Egipto, Síria, Tunísia, criação de um fundo regional de capital de risco).

Os financiamentos também privilegiaram as infra-estruturas, nomeadamente, nos sectores da energia e do ambiente (46 %), tendo em vista favorecer o desenvolvimento do sector privado, em Marrocos, na Argélia, no Egipto, no Líbano e na Síria.



O BEI financiou também:

- água e electricidade (abastecimento e distribuição) no Egipto, em Marrocos e na Tunísia;
- melhoria das infra-estruturas de saneamento básico na Síria e na Tunísia;
- reforma dos sistemas de ensino na Jordânia e na Turquia;
- ajuda às populações vítimas de catástrofes naturais (Argélia).

A FEMIP: nova dimensão dos financiamentos do BEI nos PPM

A FEMIP constitui um grande passo na cooperação financeira e económica da União com os PPM, e tem como prioridades de acção:

- uma grande participação dos PPM na definição das orientações da FEMIP quando das reuniões do Comité de Coordenação e de Diálogo Económico (CCDE), realizadas a nível ministerial, graças à abertura de gabinetes regionais no Machereque e no Magrebe;
- prioridade ao desenvolvimento do sector privado, gerador de riqueza e de emprego;
- promoção do investimento em capital humano;
- reforço das iniciativas de assistência técnica para a concepção de projectos de qualidade e o apoio ao processo de reforma da economia dos PPM;
- disponibilização de produtos financeiros inovadores e de capitais de risco;
- aumento gradual do volume anual de financiamentos do BEI nos PPM, que passará de 1 400 a 2 000 milhões.

Países mediterrânicos
Empréstimos concedidos em 2003

(milhões)

	Total	dos quais capital de risco
Turquia	600	
Egipto	509	
Tunísia	395	
Argélia	230	
Marrocos	194	10
Síria	90	
Jordânia	66	
Conjunto dos países mediterrânicos	4	4
Total	**2 088**	**14**

Evolução futura

A terceira reunião do CCDE (Nápoles, Novembro de 2003) confirmou a firme determinação dos ministros da Economia e das Finanças da União dos 15 e dos países parceiros mediterrânicos em edificar uma parceria económica mais estreita.

Em Dezembro de 2003, o Conselho Europeu de Bruxelas decidiu conferir um papel de maior destaque à FEMIP e reforçar a sua posição no seio do Banco, através de uma série de medidas destinadas a apoiar o desenvolvimento do sector privado:

- afectação de uma verba limite de 200 milhões, transferida das reservas do Banco, ao desenvolvimento de operações com partilha de riscos de um valor máximo de 1 000 milhões, e melhoria dos planos financeiros, com vista a reduzir os riscos inerentes ao sector privado (pacote especial FEMIP);
- reforço do diálogo sobre o processo de reforma estrutural, com vista a facilitar as actividades do sector privado e a coordenação dos projectos e dos doadores; elaboração de novos produtos financeiros, que passa pela transformação do Comité de Coordenação e de Diálogo Económico num comité ministerial de ministros das Finanças, que se reunirá uma vez por ano e que será completado por um grupo de peritos de alto nível encarregados dos trabalhos preparatórios;
- criação de um fundo fiduciário de 20 a 40 milhões, concebido segundo o modelo dos fundos de co-financiamento especiais de outras IFI, que canalizará recursos para projectos em sectores prioritários (água, transportes, electricidade e capital humano) que podem ter viabilidade financeira se beneficiarem de uma subvenção ou de uma participação com capitais de risco.

Em Dezembro de 2006 será tomada uma decisão no sentido de criar ou não uma filial, com uma quota maioritária do BEI, dedicada aos países parceiros mediterrânicos. Esta decisão será tomada com base na avaliação da eficácia da FEMIP reforçada e tendo em conta os resultados de consultas dos parceiros do processo de Barcelona.

Cooperação com os outros países parceiros

Para além da sua actividade nos países parceiros mediterrânicos, o BEI participa activamente nas políticas de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação conduzidas pela União nos restantes países terceiros.

África, Caraíbas, Pacífico e PTU

Desde 2 de Junho de 2003, o Banco intervém na região ACP ao abrigo do novo Acordo de Parceria ACP-UE, designado por Acordo de Cotonou, que substituiu a Quarta Convenção de Lomé.

Neste enquadramento, os Estados-Membros da UE cometeram ao BEI a responsabilidade de gerir nos próximos cinco anos uma Facilidade de Investimento dotada de 2 200 milhões, que será complementada com empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco, no valor máximo de 1 700 milhões. O principal objectivo da Facilidade é o combate à pobreza, pelo que será dada prioridade aos investimentos de pequena dimensão de iniciativa do sector privado, assim como a projectos nos domínios da saúde e da educação. A Facilidade de Investimento foi concebida como um fundo renovável, na medida em que o produto dos reembolsos servirá para financiar novos projectos.

ACP-PTU
Empréstimos concedidos em 2003

(milhões)

	Total	dos quais capital de risco
África	415	278
Áustral e Oceano índico	*199*	*94*
Oriental	*71*	*71*
Regional África	*63*	*30*
Ocidental	*47*	*47*
Central e Equatorial	*36*	*36*
Caraíbas	48	8
ACP-PTU	**463**	**286**

Em 2003, o BEI concedeu nos países ACP financiamentos no valor total de 463 milhões, dos quais cerca de 286 milhões a cargo de recursos orçamentais dos Estados-Membros. As operações concluídas no âmbito do novo Acordo de Cotonou arrancaram rapidamente, cifrando-se em 146 milhões, que representam 31,5 % do volume de financiamentos.

Entre os principais projectos financiados, destacam-se:

- renovação e modernização de equipamento aeroportuário e aeronáutico em diversas regiões de África (63 milhões), para melhorar a segurança aérea;
- reabilitação de redes de água e de saneamento na Tanzânia (35 milhões);
- mina de cobre de Kanshanhi na Zâmbia (34 milhões);
- projecto hoteleiro Bel Ombre na Maurícia (12,2 milhões), uma operação que combinou um empréstimo a cargo de recursos próprios, um empréstimo subordinado e uma tomada de participação, a fim de obter um plano financeiro adequado a um projecto no sector do turismo.

África do Sul

Foram concedidos neste país 260 milhões, que se destinaram ao sector energético (50 milhões) e a empréstimos globais para o financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão (210 milhões).

Balcãs ocidentais

Em 2003, o BEI prosseguiu a sua acção nesta região, na qual concedeu cerca de 372 milhões. Verificou-se uma diversificação para novos sectores, tais como a saúde (modernização de hospitais na Sérvia) e iniciativas de autarquias locais (por exemplo, ampliação e reabilitação de redes de distribuição e de saneamento na Albânia, e de transportes e de aquecimento urbano na Croácia).

Nos próximos anos, o BEI prosseguirá a sua acção em prol da integração dos países dos Balcãs ocidentais, mantendo um nível médio anual de financiamentos da ordem dos 400 milhões.

Balcãs
Empréstimos concedidos em 2003

(milhões)

	Total
Croácia	170
Sérvia e Montenegro	162
Albânia	27
ARJM	13
Balcãs	**372**

América Latina e Ásia
Empréstimos concedidos em 2003

(milhões)

	Total
América Latina	***254***
Brasil	219
Regional – América central	36
Ásia	***94***
Índia	50
Paquistão	44
América Latina e Ásia	**348**

Países da América Latina e da Ásia

Em 2003, o BEI concedeu 254 milhões na América Latina e 94 milhões na Ásia, ou seja, um total de 348 milhões. Desde 1993, ano de início das operações nos países ALA, o BEI já assinou contratos de financiamento referentes a 73 empréstimos no valor de 3 298,4 milhões, com o objectivo prioritário de reforçar a presença internacional de empresas e de bancos europeus, através do apoio a projectos de interesse mútuo.

O Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, o Ministro das Finanças do Quénia, David Mwiraria e o Presidente do BEI, Philippe Maystadt, na cerimónia de lançamento da Facilidade de Investimento

Acção em favor das PME

O Grupo BEI está apto a propor, tanto financiamentos a médio e longo prazo, por meio dos seus empréstimos globais, como capitais próprios, por meio de operações de capital de risco, cobrindo assim o conjunto de meios de que as PME necessitam para se desenvolverem numa economia em mutação.

Nos últimos cinco anos, a acção do Grupo BEI em favor das PME na União e nos novos Estados-Membros distribuiu-se da seguinte forma:

- quase metade do montante total assinado (56 200 milhões) na forma de empréstimos globais concedidos a mais de 200 bancos parceiros;
- 2 500 milhões na forma de tomadas de participação em 189 operações;
- 6 400 milhões na forma de garantias globais instauradas por meio de 120 bancos especializados.

Os empréstimos globais do BEI

Os empréstimos globais são linhas de crédito que o BEI concede a um intermediário – um banco ou outra instituição financeira – que utiliza as verbas para apoiar projectos de investimento de dimensão restrita. Em 2003, o montante total dos empréstimos globais assinados pelo Banco na actual União alargada ascendeu a 11 200 milhões, destinando-se cerca de metade das verbas a PME. Nos novos Estados-Membros da Europa central e oriental, os empréstimos globais cifraram-se em 635 milhões.

O Banco prosseguiu a política de diversificação dos bancos intermediários, de forma a criar condições de concorrência favoráveis às PME e permitir o desenvolvimento dos empréstimos globais, especialmente nas regiões assistidas.

Instrumento de financiamento das PME nos novos Estados-Membros

Nos termos da parceria concluída entre o BEI e a Comissão Europeia (Instrumento de financiamento das PME), foram afectados 300 milhões para o financiamento de cerca de 335 projectos de pequena e média dimensão nos novos Estados-Membros, no âmbito dos empréstimos globais em curso. Na sequência do êxito deste conceito e da respectiva implementação, o BEI criou o Instrumento de Financiamento de Infra-estruturas Locais (Municipal Infrastructure Facility - MIF), também conjuntamente com a Comissão. Este instrumento visa acelerar a implementação de pequenos projectos de infra-estruturas locais nas regiões dos novos Estados-membros limítrofes dos países da UE dos 15.

O FEI

O FEI, do qual o BEI é o principal accionista, (com cerca de 60 % do capital), juntamente com a Comissão (com 30 %) e um grupo de bancos e outras instituições financeiras, é uma instituição especializada no financiamento de capital de risco e na prestação de garantias em favor de PME.

Desde 2000 e à luz das conclusões da Cimeira de Lisboa, o FEI tem a seu cargo o conjunto dos investimentos do Grupo BEI em fundos de capital de risco, gerindo ainda recursos orçamentais mobilizados pela Comissão Europeia, no quadro do Programa plurianual para as empresas (2001-2005), o qual tem como principais componentes um instrumento destinado a investimentos em favor do capital «semente» e de «arranque», e um instrumento de garantias para PME.

As actividades do FEI têm um objectivo duplo, que consiste em promover as políticas da UE e simultaneamente, gerar lucros financeiros. O total das operações de capital de risco eleva-se actualmente a 2 500 milhões e o das operações de garantia a 6 400 milhões.

As operações de capital de risco do FEI

A estratégia de investimento do FEI articula-se em torno de três vertentes:

- apoio à alta tecnologia europeia (biotecnologias, novos materiais, ciências da vida, etc.);
- intervenção em fundos que contribuam para o desenvolvimento regional da União;
- apoio a fundos com actividades a nível pan-europeu.

Embora o mercado se tenha caracterizado pela desconfiança dos investidores, os investimentos do FEI em 2003 atingiram os 135 milhões, em 16 operações. Dos fundos de capital de risco, 5 destinam-se exclusivamente a sociedades na fase de capital «semente» e de arranque e 2, a novas empresas de tecnologias fruto da investigação universitária, ou que assentam numa parceria estratégica estabelecida com uma universidade. A participação do FEI nestes fundos, que tirarão grande partido da pesquisa realizada nas universidades, coaduna-se perfeitamente com a iniciativa «Inovação 2010» do Grupo BEI.

Nova definição de «PME»

Segundo os critérios até agora aplicados pelo BEI, uma PME é uma empresa que emprega menos de 500 pessoas e cujas imobilizações líquidas são inferiores a 75 milhões antes do investimento. O BEI decidiu recentemente adoptar como definição de PME a nova definição da Comissão, que deverá entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2005, nos termos da qual uma PME é uma empresa com um número de efectivos inferior a 250 pessoas, que realiza um volume de negócios anual não superior a 50 milhões por ano e cujo balanço anual não excede os 43 milhões.

A adopção da definição da Comissão significará que o limite máximo da dimensão de uma PME passará de 500 para 250 efectivos. Isto não terá repercussões significativas nos potenciais beneficiários, na medida em que a maioria das PME que beneficia dos empréstimos globais do BEI tem menos de 250 efectivos. Paralelamente, o Banco decidiu implementar instrumentos adaptados ao financiamento de empresas de dimensão intermédia, definidas como empresas com menos de 3000 empregados, o que permitirá facultar empréstimos indirectos às empresas excluídas do conjunto das PME por força da nova definição, desde que os respectivos projectos cumpram os requisitos necessários para obter um financiamento do BEI.

Garantias do FEI em favor das PME

O segundo pilar das actividades do FEI é constituído pela prestação de garantias para carteiras de empréstimos às PME de instituições financeiras ou de organismos públicos de garantia. Neste contexto, o FEI mantém contactos com mais de 120 intermediários financeiros. O Fundo propõe duas grandes linhas de produtos no quadro da sua vertente de garantias: melhoria do crédito (titularização) e seguro/resseguro de créditos. O FEI cobre unicamente os riscos operacionais dos empréstimos.

Em 2003, o FEI concluiu 31 operações de garantia no valor total de mais de 2 200 milhões, o que representa um acréscimo de 80 % em relação ao ano anterior; Foram assinadas as três primeiras operações de garantia pelo Fundo na Europa de Leste (Bulgária, República Checa e Letónia), relativas a seguros de crédito, que ascenderam a 54 milhões. O montante total da carteira de garantias do FEI cifra-se actualmente em 6 400 milhões, e mais de 250 000 PME já beneficiaram indirectamente das garantias do Fundo.

Face ao aumento da procura, o FEI tem-se empenhado em reforçar a sua vertente de consultor para a criação de fundos de garantia e de capital de risco. Os serviços de consultoria do FEI foram concebidos para apoiar a criação e o desenvolvimento de PME, facilitando o respectivo acesso aos recursos financeiros. Nesta conformidade, o Fundo fornece – mediante remuneração – conselhos estratégicos e técnicos para a concepção, implementação e avaliação de políticas, projectos e estruturas de financiamento de PME, a um vasto leque de contrapartes, incluindo governos, autarquias locais, organismos regionais de desenvolvimento e a Comissão Europeia.

Um intermediário financeiro de primeira ordem

Actividade no mercado de capitais

A estratégia de captação do BEI, coerente e abrangente, foi bem acolhida nos mercados de capitais, numa altura de crescimento significativo. Este facto é ilustrado pelo aumento de 11 % registado nas emissões, que atingiram os EUR 42 000 milhões, assim como pelo bom desempenho no mercado secundário. O programa de emissões mereceu inúmeros galardões, de que se destacam três prémios de melhor emitente entre os emitentes supranacionais e os institutos públicos e o prémio do melhor programa EMTN do ano, que tinham como objectivo central distinguir a flexibilidade e a inovação. Embora o crescimento adviesse principalmente das emissões estruturadas - vertente importante de inovação - a pedra angular e maior fonte de fundos continuou a ser as emissões de referência em EUR, GBP e USD. A qualidade creditícia AAA do BEI, emblema da sua solidez, e a sua posição consolidada como emitente de referência de nível soberano, também contribuíram muito para o êxito do Banco como emitente.

Estratégia de captação coerente e abrangente

O Banco reforçou a sua posição como primeiro emitente de referência de nível soberano num mercado exigente, continuando a seguir uma estratégia de captação cartacterizada pela coerência e a inovação. A pedra angular do programa de captação continuou a ser o lançamento de emissões obrigacionistas líquidas de referência nas três principais divisas (EUR, GBP e USD). Além disso, o Banco manteve-se atento a oportunidades de emissões adaptadas às necessidades específicas dos investidores e de emissões estruturadas, numa vasta gama de divisas. O BEI continuou a reforçar a sua presença nos principais mercados de capitais, contribuindo para o desenvolvimento, nomeadamente, dos mercados dos novos Estados-membros. O seu programa de emissões obrigacionistas beneficiou ainda de uma intensificação do diálogo com os principais intervenientes no mercado, incluindo intermediários e investidores.

Emissões lançadas em 2003 (em milhões de EUR)

	Antes de *swap*		Após *swap*	
EUR	**17 318**	**41,1%**	**22 931**	**54,7%**
GBP	**7 175**	**17,0%**	**7 393**	**17,6%**
SEK	442	1,1%	659	1,6%
Total UE	***24 935***	***59,2%***	***30 983***	***73,9%***
AUD	470	1,1%	0	0,0%
CHF	161	0,4%	161	0,4%
CZK	678	1,6%	521	1,2%
HKD	122	0,3%	0	0,0%
HUF	339	0,8%	270	0,6%
JPY	2 201	5,2%	0	0,0%
NOK	226	0,5%	0	0,0%
PLN	156	0,4%	174	0,4%
SKK	94	0,2%	94	0,2%
TWD	180	0,4%	0	0,0%
USD	**12 375**	**29,4%**	**9 665**	**23,1%**
ZAR	153	0,4%	44	0,1%
Total não UE	***17 155***	***40,8%***	***10 928***	***26,1%***
Total	**42 090**	**100%**	**41 911**	**100%**

Crescimento e inovação

O Banco captou EUR 42 000 milhões (antes de *swaps*) por meio de 310 transacções, o que representa um crescimento significativo em relação a 2002 (EUR 38 000 milhões captados em 219 transacções). Esse crescimento deveu-se essencialmente às emissões estruturadas.

A captação de fundos nas principais divisas do Banco, em termos de contravalor em EUR, distribuiu-se da seguinte forma: EUR 41 % (35 % em 2002), USD 29 % (38 % em 2002) e GBP 17 % (16 % em 2002). Embora o volume de captação aumentasse substancialmente em cada uma destas três divisas principais, nos respectivos valores originais em divisas, a desvalorização do dólar em relação ao euro teve um impacte negativo na quota-parte do dólar na captação total, em termos de contravalor em euros.

EUR 40 800 milhões, ou seja, 97 % do volume emitido, foi objecto de *swap*. Os fundos captados após *swaps* cifraram-se em EUR 41 900 milhões, tendo as três principais divisas representado 95 % do total (EUR 55%, USD 23 % e GBP 17 %). Tal como em 2002, o USD contribuiu largamente para a obtenção de EUR, através de *swaps* de divisas. O vencimento médio das emissões obrigacionistas foi de 8,6 anos (6,1 anos em 2002).

As emissões não estruturadas (de referência e destinadas a mercados-alvo) cifraram-se em EUR 32 800 milhões, em 81 operações, representando 78 % do total captado, em comparação com EUR 34 600 milhões (91%) em 90 operações, no exercício de 2002. A estratégia progressiva das emissões de referência conduziu a curvas de rendibilidade ainda mais completas nas três divisas-chave do Banco. Isto significou benefícios palpáveis para os investidores, quer em termos de liquidez e de facilidade de negociação das obrigações, quer em termos de desempenho no mercado secundário. A manutenção de acordos sólidos de *market making* também continuou a ser crucial para manter a liquidez de nível soberano e *spreads* compra/venda mínimos das obrigações de referência do BEI.

O crescimento global das operações deveu-se principalmente às emissões obrigacionistas estruturadas, que registaram um forte aumento para EUR 9 300 milhões, em 229 operações (EUR 3 400 milhões em 129 operações em 2002). O Banco efectuou operações estruturadas numa diversidade de divisas, verificando-se o maior e mais rápido incremento nas emissões em EUR (EUR 3 600 milhões), seguidas das emissões em USD (contravalor de EUR 2 400 milhões) e em JPY (contravalor de EUR 2 200 milhões).

As emissões estruturadas e destinadas a mercados-alvo constituíram sectores importantes de inovação: o Banco alargou a gama de estruturas propostas aos investidores num vasto leque de divisas, destacando-se emissões em EUR e USD de montante elevado, contendo opções de reembolso anticipado (*callable*) (estas últimas, de âmbito mundial) e a constituição progressiva de uma curva de emissões obrigacionistas em EUR indexadas à inflação, em que o BEI foi o pioneiro entre os seus pares. De entre as inovações introduzidas nas emissões destinadas a mercados-alvo, destaca-se a crescente presença no mercado japonês das emissões «uridashi» (emissões noutras divisas que não o JPY).

Em 2003, o BEI captou fundos em 15 divisas (contra 14 em 2002), o que ilustra a grande capacidade de diversificação das suas actividades neste contexto. O âmbito mundial destas actividades foi alargado graças a uma crescente penetração de mercados-chave, nomeadamente na Ásia/Japão e nos EUA.

O Banco contribuiu para o desenvolvimento dos mercados das divisas dos novos Estados-membros, nos quais o carácter inovador e o forte crescimento do volume das emissões (que atingiram o contravalor de EUR 1 300 milhões, contra EUR 533 milhões em 2002), permitiram-lhe consolidar a sua posição como primeiro emitente obrigacionista não governamental.

EUR: 17 318 milhões antes de *swaps* / EUR 22 931 milhões após *swaps*

Globalmente, o Banco concluiu 53 transacções, captando EUR 17 300 milhões (EUR 13 300 milhões em 19 transacções em 2002). As emissões estruturadas registaram um grande surto na vertente das obrigações indexadas à inflação e com opção de reembolso anticipado.

As emissões não estruturadas representaram 79 % da captação em euros e atingiram EUR 13 800 milhões (EUR 12 800 milhões em 2002). O grosso foi constituído por quatro emissões EARN de referência, no valor de EUR 13 000 milhões, mas as operações destinadas a investidores específicos deram também um contributo significativo (permitindo captar mais de EUR 750 milhões), tendo incluído uma operação inovadora «uridashi» colocada no Japão.

O Banco prosseguiu a política de emissões de referência, lançando quatro emissões EARN (*Euro Area Reference Notes*), que contribuíram para reforçar a sua oferta de produtos com grande liquidez, assim como a sua presença nas principais plataformas electrónicas de negociação:

- duas novas emissões globais EARN, cada uma no valor de EUR 5 000 milhões, com vencimentos nos segmentos-chave de 5 e 10 anos.

- duas reaberturas estratégicas: aumento de EUR 1 000 milhões (emissão EARN 4% Abril 2009) e EUR 2 000 milhões (emissão EARN 5,375 % Outubro 2010), elevando assim o saldo vivo das duas emissões de forma a atingir o nível mínimo exigido para admissão na principal plataforma de negociação EuroMTS (EUR 5 000 milhões).

No final de 2003, a curva de rendibilidade das emissões de referência EARN incluía 12 emissões *benchmark* cobrindo os vencimentos de 2004 a 2013, que representavam um saldo vivo superior a EUR 60 000 milhões. Esta curva continua a ser a curva de rendibilidade mais completa de emitentes não governamentais quase soberanos. Toda a curva de rendibilidade EARN se negociava na plataforma electrónica MTS, enquanto 11 emissões de referência eram transaccionadas na EuroMTS, a par das maiores emissões obrigacionistas soberanas.

O empenho na colocação das emissões de referência correspondeu a uma procura ampla e diversificada por parte dos investidores. O êxito da nova emissão EARN de EUR 5 000 milhões a 5 anos lançada em Março constituiu uma prova clara do crescente interesse pelas obrigações de referência do BEI, numa conjuntura difícil. No «salto para a qualidade» verificado antes do conflito no Iraque, esta emissão atraiu mais de 300 investidores institucionais, incluindo um grande número de bancos centrais das mais diferentes regiões do mundo. A nova emissão EARN de 5 000 milhões a 10 anos lançada em Junho confirmou a crescente presença das emissões *benchmark* em EUR na Ásia, tendo 25 % do volume total sido colocado no Japão.

Saldo vivo das emissões EARN em 31 de Dezembro de 2003 (milhões de EUR)

Cupão %	Vencimentos	Montante
5,250	15.04.2004	6 190
3,875	15.04.2005	5 000
3,500	15.10.2005	5 000
4,875	15.04.2006	5 000
4,000	15.01.2007	5 000
5,750	15.02.2007	2 578
5,000	15.04.2008	6 082
3,250	15.10.2008	5 000
4,000	15.04.2009	5 538
5,625	15.10.2010	5 000
5,375	15.10.2012	5 000
3,625	15.10.2013	5 000
		60 388

Em 2003, as emissões obrigacionistas estruturadas registaram um surto em termos de volume (para EUR 3 600 milhões, contra EUR 500 milhões em 2002) e de número de transacções (46, contra 12 em 2002). De destacar uma emissão com opção de reembolso antecipado de EUR 500 milhões, que constituiu uma referência-chave num segmento ainda pouco desenvolvido. Também se verificou um aumento das emissões indexadas à inflação, que atingiram um volume significativo (EUR 1 100 milhões) e permitiram que o BEI, graças a uma abordagem também estratégica, levantasse um volume elevado de fundos (1 100 milhões de EUR). As nove emissões indexadas à inflação actualmente em curso têm vencimentos entre 2007 e 2023, formando a base para o desenvolvimento deste tipo de produtos inovadores ao longo da curva.

USD: 13 599 milhões antes de *swaps*/ USD 10 446 milhões após *swaps* *(em EUR: 12 375 milhões/9 665 milhões)*

Os esforços contínuos do Banco no sentido de criar liquidez em todos os vencimentos de emissões de referência e de responder às necessidades dos investidores permitiram promover a distribuição dos seus títulos nos EUA e em todo o mundo. Esta capacidade de adaptação revelou-se crucial num ano em que as emissões estruturadas constituíram a principal fonte de crescimento da captação nos EUA. Verificou-se um crescimento global do volume das emissões para USD 13 600 milhões (EUR 12 400 milhões) em 45 operações, em comparação com USD 12 900 milhões (EUR 14 400 milhões) em 36 transacções, em 2002. O volume captado em 2003 atingiu o maior valor anual de sempre em USD, conquanto a desvalorização do dólar tenha significado uma redução do respectivo contravalor em EUR. Com estes resultados, o BEI continuou a ser o maior e mais frequente emitente supranacional de USD.

O grosso (81%) da captação em USD continuou a ser no formato não estruturado, tendo sido levantados USD 11 000 milhões (USD 11 800 milhões em 2002). O BEI captou um total de USD 7 000 milhões em três emissões globais de referência, com uma gama equilibrada de vencimentos (nos segmentos de 3, 5 e 10 anos). Os bons resultados das emissões de referência no mercado secundário

ilustram bem o êxito da estratégia do Banco neste domínio. As emissões em USD destinadas a mercados específicos (Japão, Ásia e Europa) ascenderam a USD 4 000 milhões e contribuíram para diversificar a base de investidores do BEI em USD. Incluíram duas operações em eurodólares e três emissões de retalho «uridashi», destinadas a investidores específicos. As emissões em eurodólares, que, a pedido dos investidores, foram aumentadas para a dimensão de USD 1 000 milhões, estão cada vez mais a ter características de emissões *benchmark*.

A curva de emissões de referência líquidas continuou a ampliar-se e cobre actualmente vencimentos de 2004 a 2013, com um saldo vivo de USD 36 000 milhões, dos quais USD 25 000 milhões em emissões mundiais. Em conformidade com o objectivo de incentivar a negociação nas plataformas electrónicas, para promover a liquidez e a transparência, o Banco continuou a apoiar e a marcar presença nas principais plataformas, incluindo a Tradeweb e a Brokertec.

As emissões estruturadas mais que duplicaram, atingindo USD 2 600 milhões, ou seja, 19 % da captação total em USD. Esta vertente de crescimento foi marcada por uma inovação importante: a primeira emissão global com opção de reembolso anticipado, de USD 1 000 milhões, que contribuiu para a diversificação de produtos oferecidos aos investidores no segmento das emissões obrigacionistas em USD. A opção de reembolso anticipado suscitou um interesse particular por parte dos investidores, dado que as taxas de juro do USD desceram aos valores mais baixos desde há 40 anos, e a volatilidade é relativamente elevada.

GBP: 4 873 milhões antes de *swaps* / GBP 5 019 milhões após *swaps* *(em EUR : 7 175 milhões /7 393 milhões)*

No mercado da libra esterlina, as obrigações do Banco continuaram a ser o principal complemento do Gilt (obrigações do Tesouro britânico) e a referência fora do mercado do Gilt. O Banco manteve a sua posição de maior emitente de títulos fora deste mercado, com uma quota de mercado superior a 8%, tendo captado GBP 4 900 milhões (EUR 7 200 milhões) em 25 transacções. O crescimento significativo verificado em relação a 2002 (GBP 3 900 milhões em 25 transacções) deveu-se sobretudo a uma maior penetração do mercado de retalho. Além disso, o facto de o Banco recorrer a grupos de *dealers* institucionais e de retalho especializados e de as suas obrigações serem admitidas como colateral no Banco de Inglaterra, continuou a privilegiá-lo em relação a alguns dos seus pares.

As emissões não estruturadas continuaram a predominar na captação de GBP, ascendendo a GBP 4 700 milhões (96%), o que representa um acréscimo significativo em relação a 2002 (GBP 3 800 milhões). Neste contexto, o Banco reforçou a sua estratégia relativamente às emissões *benchmark*, de constituição de uma curva de rendibilidades com novos vencimentos que proporcionam liquidez. Foram lançadas três emissões com novos vencimentos (a 7, 10 e 15 anos), que têm como objectivo serem aumentadas para constituir emissões de referência.

As operações destinadas a mercados-alvo (não estruturadas) desempenharam também um papel importante e permitiram que o Banco alargasse a distribuição aos pequenos investidores, continuando a manter a participação de grandes investidores institucionais. Esta evolução deveu-se a uma estratégia de desenvolvimento da procura por parte de pequenos investidores, respondendo às suas necessidades, nomeadamente em termos de vencimentos e de cupões, e recorrendo a um grupo *dealer* de retalho. A maior emissão «à medida» foi uma emissão obrigacionista a taxa variável (FRN) de GBP 1 000 milhões, lançada para responder à grande procura por parte de bancos centrais e de bancos comerciais no Reino Unido. Trata-se de uma tendência duradoura do mercado, tendo esta emissão surgido na sequência da outra lançada em 2002.

Verificou-se igualmente um crescimento das emissões obrigacionistas estruturadas indexadas à inflação, que ascenderam a GBP 185 milhões (EUR 274 milhões), e das quais GBP 155 milhões foram utilizados para financiar projectos de tipo PFI (*Private Finance Initiative*) nos sectores da saúde e de transportes (estradas) no Reino Unido.

Divisas dos novos Estados-Membros

As emissões nas divisas dos novos Estados-Membros mais que duplicaram e atingiram o contravalor de EUR 1 300 milhões em 45 operações, reforçando a posição do BEI como maior emitente não governamental na região e nos quatro mercados em que interveio (CZK, HUF, PLN, SKK).

A maior captação nas divisas locais tem apoiado o contínuo crescimento dos financiamentos do BEI e reforçado a posição deste como maior financiador externo na região. Tal como com outras divisas, a estratégia de emissão do BEI nos novos Estados-Membros consiste em aumentar emissões existentes para garantir a respectiva liquidez numa gama de vencimentos, quando as condições do mercado permitem. O Banco também visa responder às necessidades dos investidores que procuram produtos inovadores.

O novo *pool* de tesouraria em SKK destinado ao desembolso de empréstimos em divisa local facilitou o crescimento das emissões em SKK. O BEI é o único dos bancos multilaterais que mantém reservas em caixa nas divisas de quatro dos novos Estado-Membros (CZK, HUF, PLN e SKK), facto que não só facilita a concessão de empréstimos em divisas locais, como melhora a capacidade do BEI de responder às necessidades dos investidores.

Foram propostas diversas inovações, nomeadamente, vencimentos ultralongos (CZK a 20 anos e a 25 anos, além de SKK a 20 anos), novas estruturas, (produtos baseados na estrutura da curva de rendibilidades e em certas volatilidades do mercado - *yield-curve steepeners* e *volatility bonds* - as primeiras em CZK e SKK) e grandes dimensões (em HUF). Estas inovações contribuíram para abrir novos segmentos do mercado e para alargar a base de investidores locais do BEI.

Outras divisas europeias

O Banco reforçou a presença nos mercados de outras divisas europeias, captando EUR 829 milhões (EUR 304 milhões em 2002). Registou-se um grande crescimento no mercado da SEK, no qual, após cinco anos de ausência, o BEI levantou SEK 4 100 milhões (EUR 442 milhões), principalmente numa emissão obrigacionista euro-confluente (ligada a uma emissão EARN 2009). O êxito da operação inicial foi confirmado por reaberturas posteriores, que tornaram esta emissão a maior em SEK no mercado das euro-obrigações (SEK 3 500 milhões). Também foram lançadas grandes emissões noutras divisas europeias, nomeadamente, de NOK 1 700 milhões (EUR 226 milhões) e de CHF 250 milhões (EUR 161 milhões).

Mercados da Ásia-Pacífico/Japão e da África do Sul

No Japão e noutros mercados da Ásia-Pacífico, a presença do BEI continuou a crescer, verificando-se uma diversificação dos investidores e uma grande procura de emissões obrigacionistas em divisas locais e nas principais divisas do Banco, nomeadamente em USD e em EUR. Globalmente, as emissões em divisas da Ásia/Pacífico rondaram os EUR 3 000 milhões (EUR 3 200 milhões em 2002), com um forte crescimento das emissões em JPY, que tiveram a maior quota-parte do total. Em 2003, a captação nas divisas da região representou 40 % das operações do Banco em termos de número e 7 % em termos de volume.

O forte crescimento do programa de captação do BEI no Japão merece ser sublinhado, pois verificou-se num período de rendibilidades muito baixas em termos de nível absoluto e de grande volatilidade das taxas de câmbio. As emissões obrigacionistas em JPY atingiram cerca de JPY 291 milhões (EUR 2 200 milhões) em 120 operações estruturadas (JPY 146 000 milhões/EUR 1 200 milhões em 2002). As emissões «uridashi» (emissões em outras divisas que não JPY destinadas a investidores japoneses) constituíram uma grande fonte de crescimento, predominando o USD (captação do contravalor de EUR 650 milhões), seguido do AUD (contravalor de EUR 470 milhões) e do EUR (com uma colocação inovadora de EUR 158 milhões).

O BEI tem sido o maior emitente supranacional no mercado de Taiwan nos últimos cinco anos, e em 2003 captou neste mercado TWD 7 000 milhões (EUR 180 milhões) no formato estruturado. De resto, a revista Euroweek conferiu-lhe, pelo segundo ano consecutivo, o prémio da melhor emissão obrigacionista em TWD. Apesar das condições de mercado difíceis, o Banco concluiu também uma operação de HKD 1 000 milhões (EUR 122 milhões). No que toca ao Rand, o Banco consolidou a posição de maior emitente estrangeiro e reforçou o seu

papel como referência no mercado do Eurorand, captando ZAR 1 300 milhões (EUR 153 milhões) em nove transacções.

A optimização da transparência constitui um objectivo manifesto da estratégia de captação do BEI; para o efeito, este publica informações nos *sites* da Bloomberg (EIB<go>) e da Reuters (EIBBENCH), que incluem indicações dos locais em que são transaccionadas emissões obrigacionistas de referência do BEI em EUR, USD e GBP. Estas informações são prestadas por *market makers* e complementam as disponíveis nas principais plataformas de negociação. Além disso, no *site* da Internet do BEI (**www.eib.org/investor_info**), são prestadas informações sobre as actividades do Banco no mercado de capitais.

A equipa do mercado de capitais do BEI que foi premiada

Cooperação com o sector bancário

O Grupo BEI mantém uma estreita colaboração com o sector bancário no que toca, quer à captação de fundos no mercado de capitais, quer à concessão de empréstimos, quer à tomada de participações, ou à prestação de garantias. Esta colaboração é indispensável para que possa:

- contribuir para o financiamento de um elevado número de projectos individuais de grandes dimensões, para o qual recorre, quando apropriado, à intermediação;
- obter garantias bastantes para o financiamento de projectos individuais privados, sendo um terço das mesmas prestado por bancos ou instituições financeiras;
- desempenhar, graças à sua experiência na avaliação de projectos que requerem financiamentos a longo prazo, o papel de catalisador da estruturação de pacotes financeiros sólidos que permitam oferecer as melhores condições em termos de taxas de juro e de prazos;
- contribuir para financiar autarquias locais e promotores de projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão, concedendo empréstimos globais;
- apoiar, através dos empréstimos globais ou da intervenção do FEI, sua filial, as actividades das PME, melhorando a situação financeira destas e catalisando a participação do sector bancário nesta área.

A cooperação com o sector bancário é ilustrada pela gama diversificada e eficaz de produtos financeiros do Grupo.

Constituindo um instrumento-chave do apoio a investimentos de pequena e média dimensão, os empréstimos globais do BEI são actualmente afectados por cerca de 280 bancos ou instituições financeiras na União e no exterior desta. Além de contribuírem para o desenvolvimento do sector financeiro local, estes empréstimos permitem que as PME e as autarquias locais mantenham uma relação de proximidade com os bancos. Os empréstimos globais têm vindo a diversificar-se, tendo passado a abranger bancos regionais (para responder ao objectivo de apoio ao investimento nas zonas desfavorecidas) e intermediários mais especializados nos sectores do ambiente, audiovisual e de tecnologias de ponta, por exemplo.

O BEI assegura igualmente o co-financiamento de projectos de média e grande dimensão. Os seus financiamentos complementam os do sector bancário; são concedidos a longo prazo, podem tomar a forma de financiamentos estruturados ou intermediados, diversificam as fontes e formas de financiamento das empresas e favorecem assim o desenvolvimento destas. Empenhado que está em alargar o seu leque de produtos financeiros e em suprir as necessidades da economia, o BEI está a preparar, em concertação com os seus parceiros do sector bancário europeu, a definição de uma nova forma de financiamentos adaptados às empresas de média dimensão.

Em colaboração com o sector bancário, o BEI está apto a apoiar as estratégias de grupo dos grandes operadores, promovendo, seja projectos destes na União, seja os seus investimentos directos em projectos realizados em países terceiros.

Por seu turno, o **FEI** também colabora directamente com o sector financeiro e bancário:

- quer no âmbito do financiamento de fundos de capital de risco, geridos em muitos casos por filiais especializadas de grupos de bancos;

- quer facultando instrumentos de garantia para carteiras de investimento de bancos em favor de PME.

Funcionamento do Grupo BEI

Parceiro das instituições europeias e das instituições financeiras internacionais

Sendo um banco público que tem por missão promover os objectivos da União aplicando as directrizes de financiamento definidas pelos seus accionistas no seio do Conselho de Governadores e do Conselho Europeu, o BEI tem de conciliar as contingências operacionais de um banco com o diálogo com as instituições europeias que elaboram, propõem ou decidem as políticas da União.

Cooperação com o Conselho

Para além da sessão anual do Conselho de Governadores, o Banco assiste regularmente ao **Conselho Ecofin** e às respectivas instâncias preparatórias, colocando à disposição o seu *know-how* sobre o financiamento de projectos de investimento.

Além disso, no exercício de 2003, confirmou-se o recurso mais frequente do **Conselho Europeu** ao Banco e ao FEI para assegurar a realização de novas acções comunitárias que implicavam instrumentos bancários ou financeiros. Tal aconteceu em particular quando do Conselho Europeu da Primavera, no qual se analisaram os progressos feitos na Agenda de Lisboa, tendo o Banco sido felicitado pela implementação do programa «i2i». Do mesmo modo, no Conselho Europeu de Dezembro, foram tomadas decisões sobre três dossiês importantes, que dizem directamente respeito ao BEI: a Acção para o Crescimento, a revisão intercalar dos mandatos externos e por último, a FEMIP e o respectivo reforço.

Cooperação com a Comissão Europeia

A Comissão e o BEI mantêm uma colaboração permanente. Em 2003, foi instituído especificamente um Grupo de Trabalho conjunto para rever as diferentes vertentes desta colaboração e, em particular, os processos de trabalho comuns e a disponibilização conjunta de produtos. As conclusões foram aprovadas em Fevereiro de 2004, quando da reunião anual dos Comissários europeus com os membros do Comité Executivo do BEI.

No que toca aos **procedimentos e métodos de trabalho**, a colaboração do Grupo BEI com os diferentes serviços da Comissão reveste-se de uma frequência e de formas diferentes. Inicia-se «a montante», com o processo de formulação de políticas gerais e com o diálogo estratégico entre as duas instituições, e prossegue mais «a juzante» com o debate das estratégias e programas nacionais e sectoriais, até ao nível dos investimentos e projectos específicos.

A combinação dos p**rodutos do Grupo BEI com financiamentos comunitários** tem por fim optimizar o efeito sinérgico da associação de empréstimos com subvenções e, eventualmente, com recursos de outros parceiros, de forma a obter o melhor rendimento possível dos dinheiros públicos e a incentivar os Estados-Membros e outros beneficários a pôr em prática as políticas da UE. Entre os mecanismos que podem contribuir com um valor acrescentado (efeito multiplicador e/ou incentivador), destacam-se o recurso ao orçamento comunitário para apoiar financeiramente a prestação de garantias e a disponibilização de capital de risco e de assistência técnica por conta do orçamento comunitário, e o crescente recurso ao BEI como consultor técnico na fase de apreciação de projectos. A oferta conjunta de produtos financeiros financiados pelo orçamento da UE e pelo BEI tem-se vindo a desenvolver também nas actividades externas à União, constituindo um exemplo a Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP), na qual o BEI gere operações que contam com assistência técnica, bonificações de juros e garantias do orçamento comunitário.

Além disso, existem formas de **programação conjunta de recursos para o apoio a políticas específicas**. Este tipo de colaboração serve para optimizar o impacte de todos os recursos disponíveis, graças a uma coordenação eficaz e à criação de sinergias e de incentivos, com vista à consecução das políticas da UE. Isto verifica-se na ajuda prestada às regiões pelos financiamentos do BEI em favor de programas estruturais, nos termos dos quais o Banco apoia programas de investimento plurianuais geridos por autoridades públicas, que visam a consecução de objectivos de coesão económica e social da União Europeia. Estes financiamentos estão em regra intimamente ligados às operações apoiadas pelos Quadros Comunitários de Apoio dos Fundos Estruturais.

Diálogo com os representantes eleitos pelos cidadãos europeus

Durante o ano de 2003, o Grupo BEI prosseguiu o diálogo com o **Parlamento Europeu**, participando em diversas reuniões de comissões parlamentares, nomeadamente, económica e monetária, orçamentos, transportes e política regional e igualdade de oportunidades. Estas trocas de opiniões permitiram que o Banco continuasse atento às orientações do Parlamento Europeu e prosseguisse o diálogo sobre a implementação de inúmeras recomendações deste relativamente às suas actividades. Além disso, os representantes eleitos pelos cidadãos da União foram regularmente informados sobre as actividades do Grupo BEI, incluindo o seu contributo para a Iniciativa para o Crescimento e a sua acção no domínio das RTE e em favor das PME, e bem assim, sobre o seguimento dado pelo Grupo às recomendações do Parlamento Europeu em 2002, no seu «Relatório anual sobre as actividades do BEI». Os membros do Comité Executivo reuniram-se diversas vezes com os deputados, a fim de garantir um melhor conhecimento das prioridades de acção dos diferentes actores das políticas da União.

O encontro do Presidente do BEI com o novo Presidente do **Comité Económico e Social Europeu** permitiu prosseguir o diálogo encetado em 2001 entre o Banco e o CESE, valorizando o papel deste Comité como interface entre as instâncias da União e a sociedade civil. O Comité Económico e Social convidou também o BEI a fazer uma exposição sobre o seu contributo para a Iniciativa para o Crescimento numa reunião de secção.

Por último, ainda no enquadramento da estratégia global de abertura e de diálogo com os diferentes actores da política da União, o Presidente do BEI falou aos eleitos regionais e locais na sessão plenária do **Comité das Regiões.**

Parceria com outras instituições financeiras internacionais (IFI)

Para melhorar a eficácia das suas intervenções no exterior da União, o BEI tem procurado desenvolver a colaboração com outras instituições financeiras internacionais, nomeadamente, com o BERD (em particular, nos Balcãs e na Rússia), o Grupo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Transparência e diálogo com a sociedade civil

Reconhecendo que é legítimo que o público se interesse pelas suas actividades, o Banco propõe-se prestar o máximo de informações sobre o seu modo de funcionamento, as suas acções e os seus projectos, salvaguardando, contudo, a necessária confidencialidade bancária das suas operações e a integridade do seu processo de tomada de decisões.

Neste enquadramento, o BEI desenvolveu significativamente o seu *site* da Internet (**www.bei.org**), que é objecto de mais de 1 151 000 consultas anuais e constitui o principal interface com o público, e passou a publicar no mesmo:

- As suas **estratégias operacionais**, divulgando o Plano de Actividades e as políticas sectoriais, em particular, as relativas ao ambiente, ao desenvolvimento sustentado, às alterações climáticas, à promoção das energias renováveis e à preparação dos países candidatos à adesão;

- a **lista de projectos em fase de apreciação**, sob reserva, se for caso disso, da protecção legítima da confidencialidade operacional do Banco e das suas contrapartes; é prestada uma informação pormenorizada sobre os parâmetros de investimento de cada projecto publicado;

- **notas explicativas detalhadas** sobre os projectos já financiados que são alvo de uma atenção particular de certos grupos de interesse;

- explicação dos **procedimentos e métodos de avaliação**, do ciclo de um projecto e das estruturas de controlo dos investimentos financiados.

Este esforço de transparência é acompanhado de um diálogo contínuo com a sociedade civil através das organizações não governamentais (ONG). O BEI reconhece que as ONG, como grupos de interesse público, podem dar um contributo valioso para a evolução das políticas seguidas, quer a nível nacional, quer internacional. Estas organizações permitem garantir que instituições como o BEI estão atentas às questões de interesse local e prestam informações suplementares de grande utilidade.

O Banco organiza seminários destinados a ONG duas vezes por ano, para debater temas de interesse comum e trocar impressões sobre os respectivos objectivos e actividades. Os participantes da parte do BEI são especialistas nos domínios em causa e membros do Comité Executivo e do Conselho de Administração do Banco. Em 2003, ambos os seminários tiveram lugar na região mediterrânica (Salónica e Marselha), versando em particular sobre questões regionais ligadas à água, mas também sobre resíduos sólidos domésticos, questões de desenvolvimento sustentado e a política do BEI em matéria de informação do público. Os seminários destinados às ONG são organizados a nível regional, principalmente para dar a oportunidade às ONG locais e regionais de se avistarem com representantes do Banco.

Os principais interlocutores do Banco durante o ano foram as ONG internacionais, muitas das quais especializadas em questões ambientais. Dado o recrudescimento do interesse de algumas ONG de defesa de causas internacionais pelas actividades do Banco, este trocou uma intensa correspondência, essencialmente, sobre projectos de investimento que previa financiar e sobre a sua política de informação. Para além disso, as ONG apresentaram formalmente duas queixas ao Secretário-Geral nos termos do «Código de boa conduta administrativa para o pessoal do Banco Europeu de Investimento nas suas relações com o público», sobre a forma como os seus pedidos de informações tinham sido tratados pelo Banco. O Secretário-Geral concluiu que esses pedidos tinham sido tratados de uma forma apropriada.

Durante o ano, os serviços do BEI também se avistaram com delegações de ONG locais para debaterem os projectos do aeroporto de Sofia e da auto-estrada E-79 (ambos situados na Bulgária), do projecto da fábrica de pasta de papel da Veracel (no Estado da Bahia, Brasil) e da via--rápida S-1 (na Polónia).

A Governação do BEI

A integração, a 1 de Maio de 2004, dos dez novos Estados-Membros da União Europeia significou a entrada em vigor nessa mesma data das novas disposições estatutárias que regem a participação no capital e a governação do Banco.

O **Conselho de Governadores**, que se compõe dos ministros designados por cada um dos 25 Estados-Membros (em geral, os Ministros das Finanças), define as directivas gerais relativas à política de crédito a seguir, aprova as contas e o balanço anuais e decide dos financiamentos do Banco no exterior da União e dos aumentos de capital; também nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

O **Conselho de Administração** tem competência exclusiva para decidir da concessão de créditos e garantias e da captação de fundos. Além de fiscalizar a boa administração do Banco, assegura a conformidade da respectiva gestão com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais adoptadas pelo Conselho de Governadores. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores, por um período de cinco anos, renovável, após designação pelos Estados-Membros, e são responsáveis unicamente perante o Banco.

O **Conselho de Administração** compõe-se de 26 administradores titulares, sendo designado um administrador por cada um dos 25 Estados-Membros e um administrador pela Comissão Europeia. O número de suplentes é de 16, pelo que foi necessário proceder ao agrupamento de Estados para estas funções.

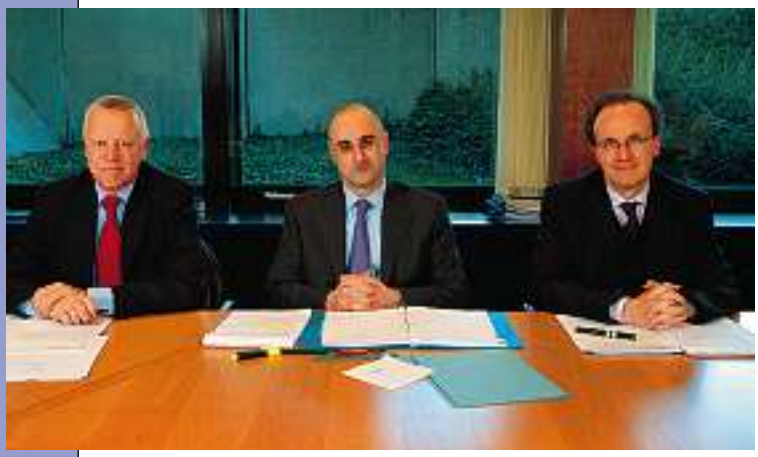
Além disso, a fim de alargar a competência profissional disponível no Conselho de Administração em certos domínios, foi igualmente decidido que este Conselho poderá designar por cooptação um máximo de 6 peritos (3 titulares e 3 suplentes), que terão funções meramente consultivas.

Desde 1 de Maio de 2004, as decisões são tomadas por um terço, pelo menos, dos membros com direito a voto e que representem pelo menos 50 % do capital subscrito.

O **Comité Executivo** é o órgão executivo colegial e permanente do BEI, composto por 9 membros que, sob a autoridade do Presidente e o controlo do Conselho de Administração, assegura a gestão dos assuntos correntes do Banco e recomenda a este Conselho decisões, assegurando subsequentemente a respectiva execução. O Presidente do Banco preside às reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Comité Executivo são responsáveis unicamente perante o Banco e são nomeados pelo Conselho de Governadores, sob proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos, podendo ser reconduzidos nas suas funções.

O **Comité de Fiscalização** é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, e a sua missão consiste em verificar a regulari-

O Comité de Fiscalização



O conjunto das disposições que regem os órgãos directivos do BEI está consignado nos Estatutos e no Regulamento Interno do Banco. É feita uma actualização regular da composição desses órgãos, do curriculum vitae *dos respectivos membros e de informações complementares sobre as modalidades de remuneração no* site *do BEI na Internet:* ***www.bei.org***

Distribuição do capital do BEI a 1 de Maio de 2004

	em euros		%
Alemanha	26 649 532 500	DE	16,284
França	26 649 532 500	FR	16,284
Itália	26 649 532 500	IT	16,284
Reino Unido	26 649 532 500	GB	16,284
Espanha	15 989 719 500	ES	9,770
Bélgica	7 387 065 000	BE	4,514
Países Baixos	7 387 065 000	NL	4,514
Suécia	4 900 585 500	SE	2,994
Dinamarca	3 740 283 000	DK	2,285
Áustria	3 666 973 500	AT	2,241
Polónia	3 411 263 500	PL	2,084
Finlândia	2 106 816 000	FI	1,287
Grécia	2 003 725 500	GR	1,224
Portugal	1 291 287 000	PT	0,789
República Checa	1 258 785 500	CZ	0,769
Hungria	1 190 868 500	HU	0,728
Irlanda	935 070 000	IE	0,571
República Eslovaca	428 490 500	SK	0,262
Eslovénia	397 815 000	SI	0,243
Lituânia	249 617 500	LT	0,153
Luxemburgo	187 015 500	LU	0,114
Chipre	183 382 000	CY	0,112
Letónia	152 335 000	LV	0,093
Estónia	117 640 000	EE	0,072
Malta	69 804 000	MT	0,043
Total	**163 653 737 000**		**100,000**

dade das operações e dos livros do Banco. O Comité de Fiscalização apresenta um relatório ao Conselho de Governadores e emite uma declaração sobre as fiscalizações efectuadas quando da aprovação pelo Conselho do Relatório Anual adoptado pelo Conselho de Administração.

O **Comité de Fiscalização** compõe-se de três membros e de três observadores, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos.

Capital: a quota dos Estados-Membros no capital do BEI é calculada com base no peso económico de cada Estado na União Europeia (expresso em termos de PIB) quando da respectiva adesão à União Europeia. No que se refere aos 10 novos Estados-Membros, a parcela realizada do capital subscrito (5%) será paga segundo um calendário de oito prestações.

A Espanha elevou a sua quota do capital subscrito para cerca de 10 % do mesmo, mediante uma contribuição financeira complementar, que obedecerá igualmente a um calendário de oito prestações.

No total, o capital subscrito do Banco ascenderá a mais de 163 600 milhões.

O Comité Executivo do BEI

A direcção colegial do Banco e as responsabilidades tutelares dos seus membros
(Composição a partir de 1 de Maio de 2004)

Philippe MAYSTADT
Presidente do Banco e do Conselho de Administração

- Relações com o Parlamento Europeu
- Questões institucionais, Secretariado-Geral
- Relatórios do Controlador Financeiro e da Auditoria Interna
- Risco de crédito
- Recursos humanos
- Governador do BERD
- Financiamentos na Turquia (a título temporário)

Wolfgang ROTH
Vice-Presidente

- Financiamentos na Alemanha, Áustria, Polónia, República Checa, Hungria, Eslováquia e Eslovénia, assim como na Croácia, Bulgária e Roménia
- Política de informação e comunicação
- Política de igualdade de oportunidades
- Extensão da sede e edifícios
- Vice-Governador do BERD
- Presidente do Comité de Artes do BEI

Peter SEDGWICK
Vice-Presidente

- Financiamentos no Reino Unido
- Protecção do ambiente
- Relações com as ONG; abertura e transparência
- Riscos operacionais
- Auditoria interna e externa e relações com o Comité de Fiscalização
- Relações com o Tribunal de Contas Europeu
- Relações com a Organização Europeia de Luta Anti-Fraude (OLAF)
- Membro do Conselho de Administração do FEI

Isabel MARTÍN CASTELLÁ
Vice-Presidente

- Financiamentos em Espanha, Portugal, Bélgica e Luxemburgo, América Latina e Ásia
- Financiamentos estruturados e novos instrumentos de crédito; titularização
- Assuntos jurídicos (aspectos operacionais)
- Ligação com o BIAD e o BAsD
- Financiamento das PME

Michael G. TUTTY
Vice-Presidente

- Financiamentos nos Países Baixos, Dinamarca, Irlanda, Países ACP e África do Sul
- Facilidade de Investimento do Acordo de Cotonou
- Avaliação dos projectos e avaliação *ex-post* das operações
- Desenvolvimento regional
- Empréstimos globais (aspectos gerais)
- Formação profissional
- Ligação com o BAD

Gerlando GENUARDI
Vice-Presidente

- Financiamentos na Itália, Grécia, Chipre e Malta, assim como nos países do sudoeste dos Balcãs
- Orçamento
- Contabilidade e controlo do risco financeiro
- Tecnologias da Informação

Philippe de FONTAINE VIVE CURTAZ
Vice-Presidente

- Financiamentos em França, Magrebe, Machereque, Israel, Gaza e Cisjordânia
- Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP)
- Políticas financeiras
- Mercado de capitais
- Tesouraria

Sauli NIINISTÖ
Vice-Presidente

- Financiamentos na Suécia, Finlândia, Lituânia, Letónia, Estónia, Noruega, Islândia e Rússia; relações com a Suiça
- Estudos económicos e financeiros
- Redes Transeuropeias
- Ligação com o Banco Nórdico de Investimento (NIB)
- Membro do Conselho de Administração do FEI

Ivan PILIP
Vice-Presidente

As responsabilidades serão redistribuídas a contar da entrada em funções do novo Vice-Presidente, a partir de 1 de Maio de 2004

Estrutura dos serviços

(composição em 1 de Junho de 2004)

Secretariado-Geral e Assuntos Jurídicos

Eberhard UHLMANN
Secretário-Geral e
Director-Geral dos Assuntos Jurídicos

Assuntos Interinstitucionais e Gabinete de Bruxelas

Dominique de CRAYENCOUR
Director

Órgãos directivos, Secretariado e Protocolo
Hugo WOESTMANN
Director associado

Implementação das Recomendações de Auditoria e Desenvolvimento do Grupo BEI
Helmut KUHRT

Gestão dos Recursos e Alargamento
Ferdinand SASSEN

Assuntos institucionais
Evelyne POURTEAU
Directora associada

Gudrun LEITHMANN-FRÜH

Serviços Jurídicos para os Financiamentos

Alfonso QUEREJETA
Director

Política Operacional, Balcãs e Croácia
Roderick DUNNETT
Director associado

Alemanha, Áustria, Polónia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Lituânia, Letónia, Estónia, Bulgária, Roménia e Rússia
Gerhard HÜTZ

Gian Domenico SPOTA

Espanha e Portugal
Ignacio LACORZANA

Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda e países da EFTA
Patrick Hugh CHAMBERLAIN

França, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo
Pierre ALBOUZE

Itália, Grécia, Chipre e Malta
Manfredi TONCI OTTIERI

Mediterrâneo (FEMIP), África, Caraíbas e Pacífico (Facilidade de Investimento Cotonou), América Latina e Ásia
Regan WYLIE-OTTE

Serviços Jurídicos para os Assuntos Comunitários e Financeiros

Marc DUFRESNE
Director

Jean-Philippe MINNAERT
(Delegado para a protecção de dados)

Luigi LA MARCA

Aspectos jurídicos dos Assuntos financeiros
Nicola BARR

Aspectos jurídicos dos Assuntos institucionais e de Pessoal
Carlos GÓMEZ DE LA CRUZ

Administração-Geral

Rémy JACOB
Secretário-Geral adjunto

Controlo de Gestão

Contabilidade e demonstrações financeiras

Luis BOTELLA MORALES
Controlador financeiro

Contabilidade-Geral
- - - - -

Contabilidade terceiros e despesas administrativas
Frank TASSONE

Planeamento, Orçamento e Controlo
Theoharry GRAMMATIKOS
Director associado

Organização
Patricia TIBBELS
Éric VAN DER ELST

Gabinete de Imprensa e Comunicação

Gabrielle LAUERMANN
Directora

Gabinete de Imprensa
Paul Gerd LÖSER

Corporate Promotion
Adam McDONAUGH

Assuntos Gerais

Gabinete de Paris: ligação com as organizações internacionais sediadas ou representadas em Paris

Henry MARTY-GAUQUIÉ
Director

Gestão dos Arquivos e da Informação
Marie-Odile KLEIBER
Directora associada

Duncan LEVER

Compras e Serviços administrativos
Manfredo PAULUCCI de CALBOLI
Director associado

Gestão do Ambiente de Trabalho
Agustin AURÍA

Tradução
Georg AIGNER
Director associado

Kenneth PETERSEN

Task Force Novo Edifício
Enzo UNFER

Direcção de Financiamentos na Europa

Terence BROWN
Director-Geral

Apoio às Operações

Jürgen MOEHRKE
Coordenador operacional principal

Coordenação
Dominique COURBIN

Richard POWER

Informática e Informações relativas à Gestão
Thomas FAHRTMANN

Apoio às Actividades de Financiamento
Ralph BAST

Gestão global das Relações
Matthew OLEX-SZCZYTOWSKI

Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e países da EFTA

Thomas BARRETT
Director

Banca, Indústria e Titularização
Bruno DENIS

Infra-estruturas
Tilman SEIBERT

Financiamentos estruturados e Operações de Parceria público-privada (PPP)
Cheryl FISHER

Espanha e Portugal

Carlos GUILLE
Director

Espanha - PPP, Infra-estruturas, Sector social e urbano
Christopher KNOWLES
Director associado

Marguerite McMAHON

Espanha - Banca, Indústria, Energia e Telecomunicações
Fernando de la FUENTE

Gabinete de Madrid
Andrea TINAGLI

Portugal
Rui Artur MARTINS

Gabinete de Lisboa
Pedro EIRAS ANTUNES

(Composição em 1 de Junho de 2004)

França e Benelux

Laurent de MAUTORT
Director

França - Infra-estruturas
Jacques DIOT

França - Empresas
Jean-Christophe CHALINE

Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos
Henk DELSING
Director associado

Alemanha, República Checa e Eslováquia

Joachim LINK
Director

Alemanha (Länder do norte)
Peggy NYLUND-GREEN

Gabinete de Berlim
Margarethe QUEHENBERGER

Alemanha (Länder do sul)
Kim KREILGAARD

República Checa e Eslováquia
Jean VRLA

Itália e Malta

Antonio PUGLIESE
Director

Infra-estruturas
Bruno LAGO
Director associado

Energia Ambiente e Telecomunicações
Paolo MUNINI

Indústria e Banca
Alexander ANDÒ

Europa Central

Emanuel MARAVIC
Director

Áustria e Croácia
Franz-Josef VETTER

Hungria e Eslovénia
Cormac MURPHY

Bulgária e Roménia
Rainer SAERBECK

Europa do Sudeste

Grammatiki TSINGOU-PAPADOPETROU
Directora

Grécia
Themistoklis KOUVARAKIS

Alain TERRAILLON

Gabinete de Atenas
Christos KONTOGEORGOS

Balcãs e Chipre
Romualdo MASSA BERNUCCI

Turquia
Patrick WALSH

Mar Báltico

Thomas HACKETT
Director-Geral adjunto

Polónia e Euratom
Heinz OLBERS

Países Bálticos e Rússia
Constantin SYNADINO

Finlândia e Suécia
Michael O'HALLORAN

Direcção de Financiamentos no exterior da Europa

Jean-Louis BIANCARELLI
Director-Geral

Serviço de Consulta para Questões económicas de Desenvolvimento
Daniel OTTOLENGHI
Economista-Chefe para o Desenvolvimento
Director associado

Bernard ZILLER

Mediterrâneo / FEMIP

Claudio CORTESE
Director

Magreb
Bernard GORDON

Machereque e Médio Oriente
Jane MACPHERSON

Gabinete do Cairo
Luigi MARCON

Apoio ao Sector Privado
Alain SÈVE
Director associado

África, Caraíbas e Pacífico (Facilidade de Investimento Cotonou)

Martin CURWEN
Director

África Ocidental e Sahel
Gustaaf HEIM

Jack REVERSADE

Africa Central e Oriental
Tassilo HENDUS

África Austral e Oceano Índico
Justin LOASBY

David WHITE

Caraíbas e Pacífico
David CRUSH

Recursos e Desenvolvimento
Jacqueline NOËL
Directora associada

Gestão Carteira e Estratégia
Flavia PALANZA

América Latina e Ásia

Francisco de PAULA COELHO
Director

América Latina
Alberto BARRAGÁN

Ásia
Matthias ZÖLLNER

Direcção de Finanças

René KARSENTI
Director-Geral

Mercado de Capitais

Barbara BARGAGLI PETRUCCI
Directora

Euro
Carlos FERREIRA DA SILVA

Europa (não-Euro) e África
David CLARK

América, Ásia e Pacífico
Eila KREIVI

Relações com os Investidores e Marketing
Peter MUNRO

Tesouraria

Anneli PESHKOFF
Directora

Gestão da Liquidez
Francis ZEGHERS

Gestão Activo/Passivo
Jean-Dominique POTOCKI

Gestão da Carteira
James RANAIVOSON

Previsão e Execução das Operações

Gianmaria MUSELLA
Director

Back-Office Empréstimos
- - - - -

Back-Office Tesouraria
Yves KIRPACH

Back-Office Emissões
Erling CRONQVIST

Desenvolvimento de Sistemas, Base de Dados Empréstimos
Charles ANIZET

Coordenação e Política financeira

- - - - -

A composição dos serviços e o curriculum vitae dos Directores-Gerais e dos responsáveis das unidades de controlo, para além de informações complementares sobre as modalidades de remuneração do conjunto do pessoal do Banco, são regularmente actualizados e publicados no site do BEI na Internet: ***www.bei.org***

Direcção de Projectos

Michel DELEAU
Director-Geral

Mateo TURRÓ CALVET
Director associado
(Redes Transeuropeias e PPP)

Estudos Económicos e Financeiros
Éric PERÉE

Apoio à Estratégia

Patrice GÉRAUD
Director

Gianni CARBONARO
(Desenvolvimento Regional)

Políticas de financiamento
Guy CLAUSSE

Guy BAIRD *(Gabinete de Bruxelas)*

Gestão da Qualidade
Angelo BOIOLI

Gestão dos Recursos
Daphné VENTURAS
Directora associada

Unidade «Ambiente»
Peter CARTER

Infra-estruturas

Christopher HURST
Director

Andrew ALLEN
(Infra-estruturas gerais e Gestão dos Recursos)

Axel HÖRHAGER
(Balcãs e Coordenação económica)

Transportes ferroviários e rodoviários
José Luis ALFARO

John SENIOR

Transportes aéreos, marítimos e urbanos
Philippe OSTENC
Director associado
(Concursos públicos)

Água e Saneamento
José FRADE

Energia, Telecomunicações e Gestão dos Resíduos

Günter WESTERMANN
Director

Electricidade, Energias renováveis e Gestão dos Resíduos
René van ZONNEVELD

Heiko GEBHARDT

Petróleo e Gás
Angus NICOLSON

François TREVOUX

Telecomunicações e Tecnologias da Informação
Carillo ROVERE

Indústria e Serviços

Constantin CHRISTOFIDIS
Director

Recursos primários e Ciências da Vida
Jean-Jacques MERTENS
Director associado

John DAVIS
Philippe GUINET

Indústria transformadora e Serviços
Hans-Harald JAHN

Pedro OCHOA
Peder PEDERSEN
Rüdiger SCHMIDT

Capital humano
Stephen WRIGHT

Direcção de Gestão do Risco

Pierluigi GILIBERT
Director-Geral

Risco de Crédito

Per JEDEFORS
Director

Empresas, Sector Público e Infra-estruturas
Stuart ROWLANDS

Instituições Financeiras
Georg HUBER

Per de HAAS

Risco Financiamento de Projectos e Fundo Europeu de Investimento (FEI)
Klaus TRÖMEL

Riscos Financeiros e Operacionais

Alain GODARD
Director

GAP e Gestão do Risco de Mercado
--

Henricus SEERDEN

Produtos Derivados
Luis GONZALEZ-PACHECO

Risco Operacional
Antonio ROCA IGLESIAS

Coordenação e Apoio
Elisabeth MATIZ

Recursos Humanos

Andreas VERYKIOS
Director

Jean-Philippe BIRCKEL

Sistemas de Gestão
Zacharias ZACHARIADIS
Director associado

Recursos
Jörg-Alexander UEBBING
Director associado

Desenvolvimento
Luis GARRIDO

Ute PIEPER-SECKELMANN

Administração
Michel GRILLI

Avaliação das Operações

Horst FEUERSTEIN
Director

Juan ALARIO GASULLA
Director associado

Guy BERMAN
Director associado

Campbell THOMSON

Tecnologias da Informação

Patrick KLAEDTKE
Director dos Sistemas de Informação

Planeamento, Apoio e Cumprimento dos Procedimentos
Joseph FOY

Aplicações de Empresa
Simon NORCROSS

Infra-Estruturas e Tecnologias
José GRINCHO

Auditoria Interna

Peter MAERTENS
Chefe da Auditoria Interna

Siward de VRIES
Luciano DI MATTIA

Conselheiro do Comité Executivo

para questões de estratégia e de negociação do Grupo BEI

Francis CARPENTER
Director-Geral

A Governação do FEI

O FEI é dirigido e administrado pelos três órgãos seguintes:

- a Assembleia Geral de todos os accionistas (BEI, União Europeia e 31 bancos), que se reune uma vez por ano, pelo menos;
- o Conselho de Administração, que se compõe de sete membros e decide das operações do Fundo;
- o Director-Geral, que assegura a gestão do Fundo em conformidade com as disposições dos Estatutos e com as orientações e os princípios gerais adoptados pelo Conselho de Administração.

As contas do Fundo são fiscalizadas por um Conselho Fiscal composto por três auditores nomeados pela Assembleia Geral.

Estrutura do FEI

Francis CARPENTER	**Director-Geral**
Thomas MEYER	Chefe da Divisão Gestão e Acompanhamento dos Riscos
Robert WAGENER	**Secretário-Geral**
Marc SCHUBLIN	Chefe da Divisão Coordenação Institucional e Estratégica, Consultor
Jacques LILLI	Assessor de Direcção
Maria LEANDER	Chefe da Divisão Serviços Jurídicos
Petra de BRUXELLES	Responsável dos Recursos Humanos
Frédérique SCHEPENS	Responsável da Contabilidade e da Tesouraria
John A. HOLLOWAY	**Director das Operações**
Jean-Philippe BURCKLEN	Chefe da Divisão Operações de Capital de Risco 1 (Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido)
Ulrich GRABENWARTER	Chefe da Divisão Operações de Capital de Risco 2 (Alemanha, Áustria, Chipre, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Hungria, Irlanda, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Eslovaca, República Checa, Eslovénia, Suécia e Países Candidatos)
Matthias UMMENHOFER	Chefe de divisão adjunto
Alessandro TAPPI	Chefe da Divisão Garantias, Titularização e «MAP»
Christa KARIS	Chefe de divisão adjunta

*Os dados sobre os órgãos directivos do Fundo (composição, curriculum vitae dos respectivos membros e modalidades de remuneração) e sobre os serviços (composição, curriculum vitae dos directores-gerais e modalidades de remuneração do pessoal) são regularmente actualizados e publicados no site do FEI na Internet: **www.eif.org**.*

Funcionamento do Grupo BEI

Em 2003, o Banco continuou a pôr em prática iniciativas no sentido de promover a transparência, a responsabilização e a modernização das suas políticas de pessoal. Neste contexto, a delegação nas diferentes direcções de competências em matéria orçamental e de gestão de pessoal foi implementada com sucesso.

Organização e estruturas

O Banco continuou a adaptar a estrutura organizacional, em particular, para ter em conta novos elementos estratégicos. Nesta conformidade, as responsabilidades de riscos de crédito, operacional e de mercado foram reunidas numa Direcção-Geral única «Gestão do Risco». Do mesmo modo, foi decidido reagrupar o Departamento de Contabilidade e das Demonstrações Financeiras, a Divisão Planeamento, Orçamento e Controlo, e uma Unidade Organização, de forma a constituir o Controlo de Gestão do Grupo BEI, sob a responsabilidade directa do Secretário-Geral adjunto. Por último, para preparar a União alargada, as Direcções «Financiamentos na Europa» e «Financiamentos no Exterior da Europa» foram reorganizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Paralelamente, o Banco continuou a recrutar cidadãos dos novos Estados-Membros. O organigrama, apresentado nas páginas 47 e seguintes do presente relatório, é regularmente actualizado no *site* do BEI na Internet (**www.bei.org**).

Representação do Pessoal

Em 2003, o Colégio dos representantes do pessoal (RP) prosseguiu com o Departamento de Recursos Humanos (RH) a tarefa já encetada sobre o desenvolvimento e a actualização do Regulamento do Pessoal. Os trabalhos são conduzidos recorrendo a grupos de trabalho que se ocupam de questões importantes para o pessoal e para a Direcção, nomeadamente, as da dignidade das pessoas no trabalho e das remunerações. Grande parte dos debates entre RH e os RP realiza-se no âmbito de comités paritários, como por exemplo, o comité paritário para a prevenção e a protecção no trabalho, cujas actividades se têm desenvolvido substancialmente nos últimos dois anos, com o objectivo de coadunar as práticas do Banco com as melhores práticas europeias em matéria de prevenção e de protecção dos trabalhadores no respectivo contexto profissional.

Igualdade de oportunidades

O Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades para homens e mulheres (COPEC) vela pela execução da política de igualdade de oportunidades em termos de carreiras, recrutamento, formação e infra-estruturas sociais. Em 2003, o COPEC debruçou-se sobre os obstáculos à promoção de mulheres no seio do Banco, tendo conduzido uma acção de sensibilização junto da hierarquia e encorajado o recrutamento externo de mulheres ao nível de quadros. O COPEC empenha-se especificamente em aumentar a quota-parte de mulheres no pessoal de chefia.

Desenvolvimento individual

Em 2003, o Banco realizou mais uma sondagem do pessoal, no seguimento da que foi conduzida em 2000. Foi criado um novo cargo de Consultor de carreiras, para o acompanhamento e a orientação do pessoal e das chefias sobre questões ligadas à carreira. Foi ainda concluído um projecto piloto de alargamento do programa de desenvolvimento de competências em gestão a quadros superiores sem responsabilidades de gestão. O Banco também aprovou e adoptou em 2003 uma política destinada a proteger a dignidade das pessoas no trabalho.

Efectivos

No final de Dezembro de 2003, os efectivos do Banco ascendiam a 1 213 , o que representa um acréscimo de 9 % em relação ao ano anterior.

O FEI

A estrutura do FEI articula-se em torno de três departamentos principais: Operações, Secretariado-Geral e Gestão do Risco, estando este último directamente dependente do Director-Geral. O Fundo conta actualmente com 68 efectivos (um acréscimo de 15 % em relação a 2002), a maioria dos quais afectada às operações.

Balanço sintético do Grupo BEI

Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (em milhares de euros)

ACTIVO	31/12/2003
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	11 555
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	1 611 353
3. Créditos sobre instituições de crédito	
a) à vista	219 757
b) outros créditos	13 287 301
c) empréstimos	95 734 289
	109 241 347
4. Créditos sobre clientes	
a) empréstimos	110 897 513
b) provisões específicas	-179 000
	110 718 513
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:	
a) de emitentes públicos	2 705 798
b) de outros emitentes	6 446 392
	9 152 190
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	937 949
7. Imobilizações incorpóreas	8 075
8. Imobilizações corpóreas	125 666
9. 0utros activos:	
a) a receber a título de bonificações de juros desembolsadas antecipadamente no quadro do SME	0
b) devedores diversos	461 487
c) valores de substituição positivos	6 536 736
	6 998 223
10. Contas de regularização	2 014 669
	240 819 540

PASSIVO	31/12/2003
1. Débitos para com instituições de crédito	
a) à vista	0
b) a prazo ou com pré-aviso	308 203
	308 203
2. Débitos representados por títulos	
a) certificados e obrigações em circulação	191 297 963
b) outros	1 203 079
	192 501 042
3. Outros passivos	
a) bonificações de juros recebidas antecipadamente	260 207
b) credores diversos	969 372
c) diversos	53 707
d) valores de substituição negativos	16 925 122
	18 208 408
4. Contas de regularização	3 323 993
5. Provisões para riscos e encargos	
a) Fundo de Pensões	561 199
b) provisões para garantias prestadas	45 396
	606 595
6. Quotas minoritárias	229 180
7. Capital	
a) subscrito	150 000 000
b) não exigido	-142 500 000
	7 500 000
8. Reservas consolidadas	
a) fundo de reserva	13 641 249
b) reservas suplementares	-365 214
c) reserva especial complementar	0
	13 276 035
9. Fundos afectados ao instrumento de financiamento estruturado	500 000
10. Fundos afectados às operações de capital de risco	1 868 769
11. Fundo para riscos bancários gerais após afectação dos resultados	1 050 000
12. Resultados do exercício antes de dotação para /transferência do fundo para riscos bancários gerais	1 392 315
Dotação para/transferência do exercício para o fundo para riscos bancários gerais	55 000
resultado a afectar	1 447 315
	240 819 540

Resultado do exercício de 2003

O resultado do exercício de 2003, antes da dotação para provisões e de reduções de valor (dedução feita das quotas minoritárias), cifrou-se em 1 565 milhões (em comparação com 1 347 milhões em 2002 [+16,2%]), e o resultado líquido, em 1 447 milhões (em comparação com 1 168 milhões em 2002 [+23,9%]).

No ano em apreço, a transferência do Fundo para riscos bancários gerais cifrou-se em 55 milhões (contra uma dotação de 25 milhões em 2002), enquando as operações de capital de risco, as reduções de valor e a provisão para garantias prestadas ascenderam a 129 mihões (144 milhões em 2002).

Verificou-se uma descida das taxas de juro, tendo as taxas médias dos empréstimos concedidos passado de 4,74 % em 2002 para 4,06% em 2003, e as taxas médias dos empréstimos obtidos no período homólogo, de 4,33 % para 3,59%.

As receitas de juros e comissões de empréstimos concedidos cifraram-se em 8 143 milhões, contra 8 938 milhões em 2002, enquanto os juros e comissões de empréstimos obtidos se elevaram a 6 935 milhões, contra 7 966 milhões em 2002.

Globalmente, as actividades de tesouraria geraram um resultado líquido de 574 milhões, ou seja, 173 milhões abaixo do valor de 2002 (747 milhões), o que representa uma rendibilidade global média de 2,96%, em comparação com 3,58 % em 2002.

A nova sala de mercados inaugurada em Novembro de 2003

A descida, em termos absolutos, das receitas de juros de operações de tesouraria em 2003 deveu-se principalmente a uma redução do saldo vivo e à descida das taxas de curto prazo.

Os gastos gerais administrativos e a amortização de activo mobilizado e imobilizado ascenderam a 272,4 milhões em 2003, o que representa uma subida de 8,3 % em relação a 2002 (251,4 milhões).

O apuramento pelo seu justo valor dos produtos derivados, em conformidade com a norma contabilística internacional IAS 39, teve um efeito negativo de EUR 402 milhões sobre os fundos próprios do Grupo BEI. Este efeito corresponde principalmente à contabilização pelo seu justo valor dos *swaps* de macrocobertura (349 milhões).

Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI

Na União Europeia alargada, o BEI financia projectos que contribuam para um ou mais dos seguintes objectivos:

- reforço da coesão económica e social e criação de uma actividade económica que contribua para o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- promoção de investimentos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento e na inovação;
- melhoria das infra-estruturas e serviços nos domínios da educação e da saúde, componentes cruciais do capital humano;
- desenvolvimento de infra-estruturas de interesse comunitário no domínio dos transportes, das telecomunicações e do transporte de energia;
- preservação do ambiente e melhoria da qualidade de vida, nomeadamente, mediante recurso às energias renováveis ou alternativas;
- segurança do abastecimento energético por meio da utilização racional, do aproveitamento dos recursos endógenos ou da diversificação das importações;
- melhoria da situação financeira das PME, contribuindo para o respectivo desenvolvimento através de:
  – empréstimos globais a médio e longo prazo do BEI;
  – operações de capital de risco do FEI;
  – garantias do FEI em favor das PME.

Nos países parceiros, o BEI participa na implementação das políticas da União em matéria de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento, concedendo empréstimos a longo prazo a cargo de recursos próprios, empréstimos subordinados e capitais de risco a cargo de recursos orçamentais dos Estados-Membros ou da União Europeia; o Banco intervém:

- nos países mediterrânicos, para promover os objectivos da Parceria Euro-mediterrânica, na perspectiva da criação de uma união aduaneira até 2010;
- nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), na África do Sul e nos PTU, para o desenvolvimento das infra-estruturas de base e do sector privado local;
- na América Latina e na Ásia, regiões em que financia certos tipos de projectos de interesse mútuo para a União e os países interessados;
- nos países dos Balcãs, nos quais contribui para os objectivos do Pacto de Estabilidade, centrando as intervenções, não só na reconstrução das infra-estruturas de base e no financiamento de projectos de âmbito regional, mas também no desenvolvimento do sector privado.

Endereços do Grupo BEI

Banco Europeu de Investimento

100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg

(+352) 4379 -1
(+352) 43 77 04

www.bei.org – **info@bei.org**

Gabinetes externos:

Rue de la loi 227 / Wetstraat 227
B-1040 Bruxelles / Brussel

(+32-2) 235 00 70
(+32-2) 230 58 27

21, rue des Pyramides
F-75001 Paris

(+33-1) 55 04 74 55
(+33-1) 42 61 63 02

Via Sardegna 38
I-00187 Roma

(+39) 06 47 19-1
(+39) 06 42 87 34 38

364, Kifissias Ave & 1, Delfon
GR-152 33 Halandri/Athens

(+30) 21 06 82 45 17
(+30) 21 06 82 45 20

Lennéstraße 11
D-10785 Berlin

(+49-30) 59 00 47 90
(+49-30) 59 00 47 99

Avenida da Liberdade, 144-156, 8°
P-1250-146 Lisboa

(+351) 213 42 89 89
(+351) 213 47 04 87

2 Royal Exchange Buildings
London EC3V 3LF
Reino Unido

(+44) 20 73 75 96 60
(+44) 20 73 75 96 99

Calle José Ortega y Gasset, 29, 5°
E-28006 Madrid

(+34) 914 31 13 40
(+34) 914 31 13 83

6, Boulos Hanna Street
Dokki, Giza 12311, Cairo
Egipto

(+20-2) 33 66 583
(+20-2) 33 66 584

Fundo Europeu de Investimento

43, avenue J.F. Kennedy
L-2968 Luxembourg

(+352) 42 66 88-1
(+352) 42 66 88-200

www.eif.org – **info@eif.org**

2 0 0 3

Tätigkeitsbericht
Finanzbericht
Finanzierte Projekte und statistische Übersichten

Activity Report
Financial Report
Projects financed and statistics

Rapport d'activité
Rapport financier
Projets financés et statistiques

BEI agradece aos promotores e fornecedores pelas fotografias publicadas no presente relatório:

QA Photos/Rail Link Engineering (capa, p. 3, 6, 17 e 18), IMEC (p. 6, 14, 15 e 16), Helsinki Science Park (p. 7 e 14), ELSAM A/S (p. 9 e 20), Comissão Europeia (p. 9, 25 e 41), Port of Göteborg AB (p. 18), Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. (p. 18), ENEL (p. 20), Rosa Veiga/EFE/SIPA (p. 21), SWTP Construction Oy (p. 25), Parlamento Europeu - «Architecte AEL» (p. 41), Parlamento Europeu - «Association des Architectes du CIC: Vanden Bossche sprl, C.R.V. s.a., CDG sprl, Studiegroep D. Bontinck» (p. 42).

As restantes fotografias e ilustrações provêm da fototeca BEI.

QHAD04001PTC

ISSN 1725-3594

Grupo
Banco Europeu
de Investimento

ISBN 92-861-0120-1

9 789286 101205

© EIB – 06/2004 – PT